

RELATÓRIO DE

GESTÃO INSTITUCIONAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS • 2017 • 2018



Prestação eficiente de serviços à população
é a marca do Ministério Público alagoano

▲ Ações
inéditas
em defesa
da sociedade

▲ Todas as
promotorias
com membros
titulares

▲ Segundo lugar
no ranking nacional
em portais da transparência



EXPEDIENTE

Relatório de Gestão Institucional 2017-2018
Publicação anual do Ministério Público Estadual
www.mpal.mp.br

Procurador-geral de Justiça
Alfredo Gaspar de Mendonça Neto

Subprocurador-geral Administrativo-institucional
Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Subprocurador-geral Judicial
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

Corregedor-geral do Ministério Público
Lean Antônio Ferreira de Araujo

Corregedor-geral Substituto
Vicente Félix Correia

Ouvidor-geral do Ministério Público
Valter José de Omena Acioly

Ouvidor-geral Substituto
José Arthur Melo

Chefe de Gabinete
Almir José Crescêncio

Diretor da Escola Superior do Ministério Público
Luiz Barbosa Carnaúba

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça
Humberto Pimentel Costa

Secretário do Conselho Superior
Delfino Costa Neto

Diretor do CAOP
José Antônio Malta Marques

Coordenador do GAECO
Antônio Luiz dos Santos Filho

Coordenador do GAESF
Cyro Blatter Moreira

Coordenador do GSI
Luiz José Gomes Vasconcelos

Coordenador da Assessoria Técnica da PGJ
Luciano Romero da Matta Monteiro

Assessor Especial do Procurador-Geral
Edezilto Santos Andrade

Diretor Geral
Carlos Eduardo Ávila Cabral

Diretor de Apoio Administrativo
Ivan de Holanda Montenegro

Diretora de Programação e Orçamento
Jamille Mendonça Setton Mascarenhas

Diretor de Contabilidade e Finanças
Arthur Tavares de Carvalho Barros

Diretora de Pessoal
Dilma Alves de Queiroz

Diretor de Tecnologia da Informação
Marcel de Castro Vasconcelos

Diretora de Comunicação
Janaina Ribeiro Soares

Diretora de Controladoria Interna
Priscila Gonçalves Tenório Lins Teixeira

Consultora Jurídico-administrativa
Elenise Daudt Tenório de Souza

PRODUÇÃO EDITORIAL
Assessoria de Comunicação
Jornalista Responsável: Janaina Ribeiro Soares - MTB 757/AL
Jornalistas: João Dionísio de Freitas Soares Filho
Dulce de Araújo Melo
Fotos: Anderson Macena Cavalcante
Claudemir dos Santos Mota
Relações institucionais: João Alcides de Sá Cerqueira
Projeto gráfico: Thiago Henrique Ferreira

SUMÁRIO

04	PALAVRA DO PROCURADOR-GERAL
05	INVESTIMENTOS GERAIS E GESTÃO ADMINISTRATIVA
05	Projetos de construção e obras de recuperação
09	Tecnologia da Informação
12	Frota renovada
13	Departamento de Pessoal
14	Assessoria Militar
15	Contabilidade e Finanças
17	Procuradorias cíveis e criminais
18	Subprocuradorias-Gerais
19	Diretoria de Comunicação
21	Ministério Público Comunitário
23	ATUAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM PROCESSOS
27	AÇÕES INÉDITAS
27	Criação do GAESF
30	Reformulação do CAOP e frentes de trabalho
34	Comissão Permanente de Avaliação de Documento
	Criação do Gabinete de Segurança Institucional
35	Força-tarefa do Salgadinho
38	Comissão das Enchentes
	Projeto Guardião da Cidadania
39	100% de Portais da Transparência implantados nos legislativos municipais
40	Plid
41	Ranking Nacional da Transparência
42	Visitas institucionais
44	COMBATE À CORRUPÇÃO E À SONEGAÇÃO FISCAL
44	GAECO
47	GAESF
49	GNCOC
50	PROCESSOS E DEMAIS PROCEDIMENTOS 2017-2018
51	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
51	Programas
53	Projetos área fim
58	Projetos área meio
62	Processos de atividade e gestão
64	ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
66	OUVIDORIA
68	CORREGEDORIA-GERAL
69	CNCGMPEU

MINISTÉRIO PÚBLICO



Este relatório de gestão é um instrumento de prestação de contas de todas as atividades desenvolvidas nos exercícios de 2017 e 2018 e segue o preceito da publicidade, estabelecido na Constituição Federal. Por meio dele, população, órgãos de controle e autoridades poderão conhecer melhor o trabalho desenvolvido pela Procuradoria-Geral de Justiça, seus órgãos de assessoramento, as procuradorias e promotorias de justiça, os núcleos especiais, o centro de apoio, assim como tudo o que foi realizado pela área meio.

O trabalho foi fortemente marcado pelos objetivos traçados pelos membros, pela chefia do MPE/AL, pela execução do Planejamento Estratégico e pelo cumprimento das diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que seguiram sempre os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da transparência e da eficiência, todos elencados na Carta Magna.

É importante destacar que o plano de atuação desses dois anos adotou prioridades absolutas, passando, especialmente, pelo combate incessante ao crime de corrupção, aos atos de improbidade administrativa e à sonegação fiscal cometidos por maus gestores, servidores públicos e empresas. Agir firmemente em desfavor desses ilícitos passou a ser mais que uma obrigação, tornou-se um compromisso de vida de promotores e procuradores de justiça, que continuaram trabalhando para impedir que o cidadão fosse enganado por pessoas desonestas. E, para tanto, fortalecemos o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público (Nudepat) e, com o apoio do Colégio de Procuradores de Justiça, instituímos o Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos (Gaesf). Também firmamos três pactos nacionais de combate à corrupção, incluindo parcerias com o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Militar, incluindo a transferência de ferramentas e tecnologia.

Modificamos, em consonância com o anseio dos membros e a anuência do Colégio de Procuradores de Justiça, atribuições de dezenas de promotorias de justiça em todo o estado de Alagoas, tornando o Ministério Público mais eficiente, a exemplo da ampliação de promotorias do júri e às destinadas à infância e juventude, ao combate à violência doméstica, à família e aos crimes de forma geral.

Fortalecemos o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (CAOP), criando os Núcleos de Defesa da Educação, do Combate ao Crime e da Perícia. E durante esses dois anos, o CAOP teve forte atuação na aproximação com a sociedade, realizando dezenas de audiências públicas em várias partes do Estado de Alagoas. Além disso, seis frentes de trabalho se destacaram: o encerramento dos lixões em 100% dos municípios alagoanos, após a realização do maior acordo de não-persecução criminal do Brasil, efetivado pelo

procurador-geral de justiça; a inauguração de casas de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; a fiscalização do transporte escolar para estudantes das redes públicas de ensino; a criação dos Conselhos Municipais de Segurança; a implantação dos portais de transparência nas casas legislativas municipais; e o projeto Direitos Humanos em Pauta.

Também modernizamos a infraestrutura do Ministério Público na capital e no interior, promovendo diversas manutenções, adaptações e modernizações. Adquirimos carros novos para compor a frota institucional, investimos consideravelmente em tecnologia da informação e segurança orgânica e impulsionamos novos projetos das áreas fim e meio.

Nomeamos 26 novos promotores de justiça que, ao completarem o quadro da instituição, estão levando mais cidadania para Promotorias de Justiça de Maceió e de vários municípios no interior de Alagoas.

Realizamos, por meio da contratação da Fundação Getúlio Vargas, concurso público para preenchimento de diferentes cargos de servidores. Em fase de homologação, o certame ocorreu para melhorar ainda mais o serviço prestado pelo MPE/AL. E também implantamos o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos servidores do nosso Ministério Público, como prova maior de valorização profissional.

Por meio da Escola Superior do Ministério Público, em parceria com a Associação do Ministério Público de Alagoas (Ampal), capacitamos membros e servidores, dando-lhes oportunidades de aprendizado sobre temas da atualidade. Novos instrumentos legais também trouxeram outras perspectivas de desafios e oportunidades para aqueles que compõe os quadros do MPE/AL.

Aproveitamos o ensejo para agradecer a administração compartilhada que foi construída com os subprocuradores administrativo-institucional e judicial, Márcio Tenório de Albuquerque e Sérgio Jucá, que nos ajudaram a cuidar do Ministério Público e a tomar importantes decisões nestes anos de 2017 e 2018.

Por fim, deixamos claro que tudo isso só foi possível porque estabelecemos uma parceria indissolúvel e harmônica com os órgãos da administração superior, membros, servidores, colaboradores e a Ampal. Enfim, com o engajamento de todos, fizemos uma gestão transparente e combativa, promovendo cidadania e protegendo a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis do povo alagoano.

Sigamos altivos em prol da justiça social e do fim da impunidade!

Alfredo Gaspar de Mendonça Neto
Procurador-geral de justiça

INVESTIMENTOS GERAIS E GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Ministério Público de Alagoas investiu, entre os anos de 2017 e 2018, **R\$ 9.639.195,64 MILHÕES** em construções, reformas, aquisição de veículos, equipamentos, mobiliário e segurança privada. A verba, oriunda de orçamento próprio, serviu para modernizar a infraestrutura da instituição e proteger os recursos humanos e patrimoniais do MPE/AL.

REFORMAS E CONSTRUÇÕES	INVESTIMENTOS EM TI	NOVA FROTA	MOBILIÁRIO	ASSESSORIA MILITAR
R\$ 3.640.808,61	R\$ 3.944.246,02	R\$ 1.118.530,00	R\$ 765.711,01	R\$ 169.900,00

PROJETOS DE CONSTRUÇÃO E OBRAS DE RECUPERAÇÃO

Dotar os prédios do MPE/AL de melhores condições de infraestrutura e de trabalho foi uma das metas estabelecidas pela administração superior. Por isso, várias obras estão espalhadas pelo estado. E a primeira concluída foi a da Promotoria de Justiça de Delmiro Gouveia, no alto sertão, em 2017. Lá, o Ministério Público deixou uma sala do Fórum Dr. Walter Cavalcanti Veloso, do Poder Judiciário, e ganhou sede própria com capacidade para abrigar as três promotorias da cidade e, assim, já está podendo desenvolver melhor as suas atividades e dar mais comodidade à população que busca atendimento.

As Promotorias de Justiça de Rio Largo, Penedo e Palmeira dos Índios também ganharam sedes novas ainda no ano passado. Já em Arapiraca, o prédio do Ministério Público passou por uma grande reforma, tornando o espaço mais confortável para os seus públicos interno e externo. E o Gaeco é mais uma unidade que está de casa nova. O Grupo agora funciona num espaço maior e com melhor estrutura.

E a administração superior, em paralelo, está investindo nos projetos de construção das sedes definitivas do MPE/AL em Marechal Deodoro (em fase de licitação) e Palmeira dos Índios. Nesta gestão, dois terrenos foram doados pelas respectivas prefeituras para receber os novos prédios da instituição.



Rio Largo



Delmiro Gouveia



Penedo



Palmeira dos Índios

Outras reformas em andamento

E 11 unidades do MPE/AL seguem com obras a todo vapor. Foram autorizadas reformas nas Promotorias de Justiça de Matriz de Camaragibe, Porto Calvo, Maragogi, São Miguel dos Campos, União dos Palmares, Boca da Mata, Limoeiro de Anadia, Coruripe, Pão de Açúcar, Traipu e Piranhas.



Ministério Público Comunitário (Maceió)



Promotoria de Justiça de Matriz do Camaragibe



Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos



Promotoria de Justiça de Traipú



Promotoria de Justiça de Maragogi



Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia



Promotoria de Justiça de Boca da Mata



Promotoria de Justiça de Piranhas



Promotoria de Justiça de Coruripe



Promotoria de Justiça de União dos Palmares



Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar



Promotoria de Justiça de Porto Calvo

No prédio-sede, a sala dos Órgãos Colegiados também está sendo reformada e vai ganhar uma plataforma com mesa e 20 cadeiras, além de equipamentos que permitam a transmissão das sessões do Colégio Superior do Ministério Público e do Conselho Superior do Ministério Público. O imóvel onde está instalado o MP Comunitário, igualmente, está ganhando cara nova.



Prédio Sede da PGJ (Sala do Colegiado)

Em Maceió, o Centro de Apoio Operacional (Caop), os núcleos especializados e a Escola Superior do Ministério Público passaram a funcionar, em novembro de 2017, num espaço diferenciado e mais amplo, completamente reformado para oferecer conforto a membros, servidores e cidadãos.



E, em breve, o MPE/AL receberá mais duas novas sedes para reforçar os trabalhos em Alagoas, uma em Palmeira dos Índios, cuja fase é de conclusão do projeto arquitetônico, e a outra em Marechal Deodoro, que se está em processo de licitação para a contratação de construtora.

Perspectiva da Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios



Perspectiva da Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro



Além disso, um espaço no Barro Duro já foi definido para receber mais um prédio das Promotorias de Justiça da capital. O imóvel antigo foi derrubado e a administração superior está buscando recursos para que a construção possa começar com a máxima brevidade.

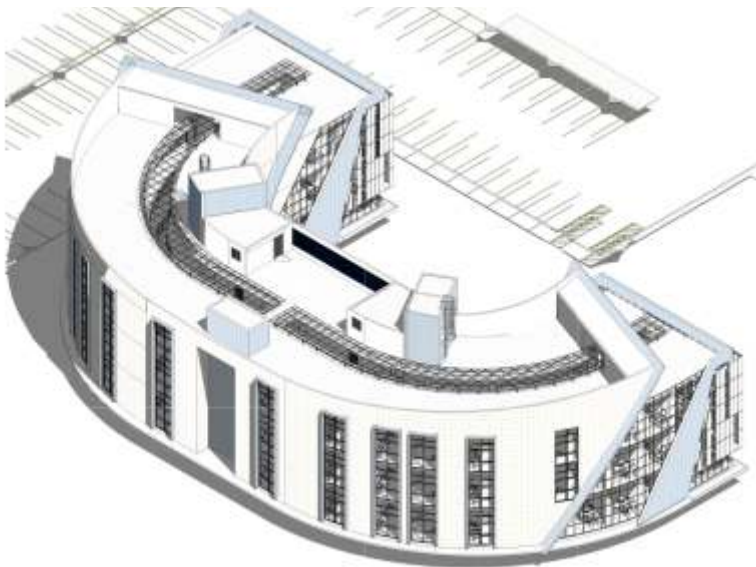
ANTES



DEPOIS



PROJETO



PERSPECTIVA





TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O processo de renovação do parque tecnológico ministerial começou no início do primeiro trimestre de 2017, quando foram adquiridos 400 computadores desktop, 200 monitores LCD, 183 notebooks, 135 scanners, 90 estabilizadores, quatro switches (aparelho para promover rede de dados), dentre outros equipamentos auxiliares, e tudo isso foi distribuído para todas as promotorias de justiça em Alagoas.

A TI também fez a aquisição de 200 certificados digitais, que permitem aos membros trabalharem dentro do sistema SAJ-MP.

E para proteger todas essas máquinas, foram compradas 175 novas licenças de antivírus, que visam proteger os computadores de possíveis ataques cibernéticos. Com o mesmo objetivo, foi adquirida uma solução de rede considerada de última geração. Esses novos equipamentos visam otimizar os serviços, protegendo o ambiente em todas as promotorias de justiça.

Novas impressoras também foram instaladas nas unidades do MPE/AL da capital e do interior em 2017. Além do fornecimento dos equipamentos, o contrato permitiu o gerenciamento de impressões e a manutenção preventiva e corretiva das máquinas com a devida substituição de peças.





Melhorias no Sistema SAJ

A Procuradoria-Geral de Justiça criou a Comissão Gestora do SAJ-MP para que promotores, procuradores de justiça e servidores possam ter respostas mais rápidas sobre o sistema utilizado para manusear os procedimentos.

As diversas reuniões ocorridas permitiram que o SAJ-MP fosse redesenhado. A linguagem visual se tornou mais leve, atrativa e funcional, deixando a solução mais intuitiva. Além disso, as mudanças na interface objetivaram melhorar sua estrutura de informações e evitar a exaustão do usuário.

TI em 2018

Em 2018, os investimentos em TI já somam **R\$ 1.036.063,02 MILHÃO** em aquisição de equipamentos, licenças, softwares e segurança privada. A verba, oriunda de orçamento próprio, serviu para modernizar a infraestrutura da instituição e proteger os recursos humanos e patrimoniais do MPE/AL.

Aquisições

- 15 notebooks
- Solução de VideoWall (fase de implantação)
- Cofre antichamas para DTI
- 6 painéis de monitoramento LFD 55" P/ NOC DTI para a Assessoria Militar
- 4 terminais de videoconferência
- 4 TVs SmarTV para terminais de videoconferência
- Gerenciador de banco de dados – SQL Server Enterprise Edition (Microsoft)
- Software de gravação de câmeras – DIGIFORT
- 540 licenças de acesso de clientes – CALs (Microsoft)
- 6 telas de projeção de vídeo (em andamento)

Infraestrutura de TI

- Instalação de 300 computadores desktop e scanners (interior e capital)
- Implantação da solução de interligação lógica (aruba)
- Implantação da solução de impressão em todo estado (redução de 46,97% do custo anual)
- Implantação do novo portal do MPE/AL
- Nova arquitetura de backup
- Nova

Sistemas desenvolvidos

- Contracheques 2.0
- OuvidoriaMobile e OuvidoriaMobileBackend
- Mapa da Rede Infância
- Carteiras funcionais
- Ranking da Transparência do Legislativo Alagoano
- CarrancaWeb e CarrancaMobile
- Indus
- Status SAJ e status SAJ mobile
- Portal da Transparência – Folha de pagamento
- Portal da Transparência – Atividade fim
- Portal de Direitos Coletivos
- SAJ Diário Oficial
- Violência doméstica



FROTA RENOVADA

O Ministério Público investiu numa frota própria, renovando os veículos pertencentes a instituição. É essencial destacar que todos os carros agora trafegam pelas ruas com a plotagem “Guardião da Cidadania”, slogan escolhido pela gestão atual para dar sentido à atuação do MPE/AL.

10 UNIDADES

Toyota Etios Hatch X 1.3



*Imagens meramente ilustrativas

2 UNIDADES

Mitsubishi L200 GL



*Imagens meramente ilustrativas

2 UNIDADES

Renault Master Furgão



*Imagens meramente ilustrativas

1 UNIDADE

Hyundai Hr Baú



*Imagens meramente ilustrativas

DEPARTAMENTO DE PESSOAL



O Departamento de Pessoal (DP) também avançou nesses dois anos. Agora em 2018, ocorreu a contratação da fintech brasileira Zetra, proprietária do sistema eConsig, que intermediará a contratação de empréstimos consignados, aproximando membros e servidores de instituições financeiras conveniadas. Por meio desse software, poderão ser realizadas simulações e solicitações de empréstimos, aferição de ranking com as melhores taxas, consultas a consignações, dentre outras funcionalidades.

A atuação da Zetra possibilitará maior economia, eficiência, transparência e segurança no processo de contratação de empréstimo consignado. Sua implementação está prevista para este mês de novembro.

O DP ainda inovou e criou o projeto “Diretoria de Gestão por Competência”. Ele tem o objetivo de implantar a Diretoria de Recursos Humanos, que trabalhará exclusivamente nessa esfera. O setor terá atribuições para atuar nas áreas de qualidade de vida no trabalho e gestão de competências (sistema de gestão de pessoas com o fito de identificar e gerir perfis profissionais que proporcionem um maior retorno à instituição), exercendo atividades como, por exemplo, a promoção da melhoria do ambiente organizacional e a valorização profissional e a potencialização dos recursos humanos.

O principal objetivo desta nova diretoria será o desenvolvimento profissional e pessoal do servidor. Já estão concluídas as etapas de identificação das atividades a serem desempenhadas e a legislação pertinente para sua instituição, com todo o rol de atribuições definido.

E pela primeira vez na história, o Departamento

de Pessoal executou um projeto de clima organizacional. Essa também foi a iniciativa nº 1 realizada por uma área-meio. A pesquisa consultou membros, servidores e colaboradores sobre o ambiente e condições de trabalho, infraestrutura, relação interpessoal e hierárquica e capacitação profissional.

Valorização profissional de servidores e membros

Logo no início da sua gestão, em janeiro de 2017, a chefia do MPE/AL implantou um reajuste salarial de 6,29% para os servidores da Casa. Na sequência, uma comissão para melhoria do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores (PCCS) foi criada para aperfeiçoar o projeto de aprimoramento da carreira dos funcionários, elaborado em consonância com a melhor e mais atual legislação trabalhista, bem como com a política remuneratória praticada por instituições com cargos semelhantes. Finalizado esse processo, foi formulado um projeto de lei e o procurador-geral de justiça o encaminhou à Assembleia Legislativa.

O resultado disso foi o aperfeiçoamento do PCCS para os servidores do Ministério Público, um compromisso honrado pela atual gestão e uma grande vitória para os funcionários da Casa.

Para os membros do MPE/AL, uma importante alteração legislativa ocorreu agora em 2018. Também por meio de projeto de lei enviado ao Parlamento Estadual, foi diminuído o percentual de diferença de entrância entre promotores de justiça. Ele foi reduzido de 10% para 5%. Já o Colégio de Procuradores de Justiça, por iniciativa da chefia da instituição, aprovou a Resolução nº 2/2017, que reformulou as atribuições de várias Promotorias de Justiça da Capital.

Outras conquistas relevantes foram o reconhecimento de créditos e a lei que extinguiu promotorias de justiça substitutas.

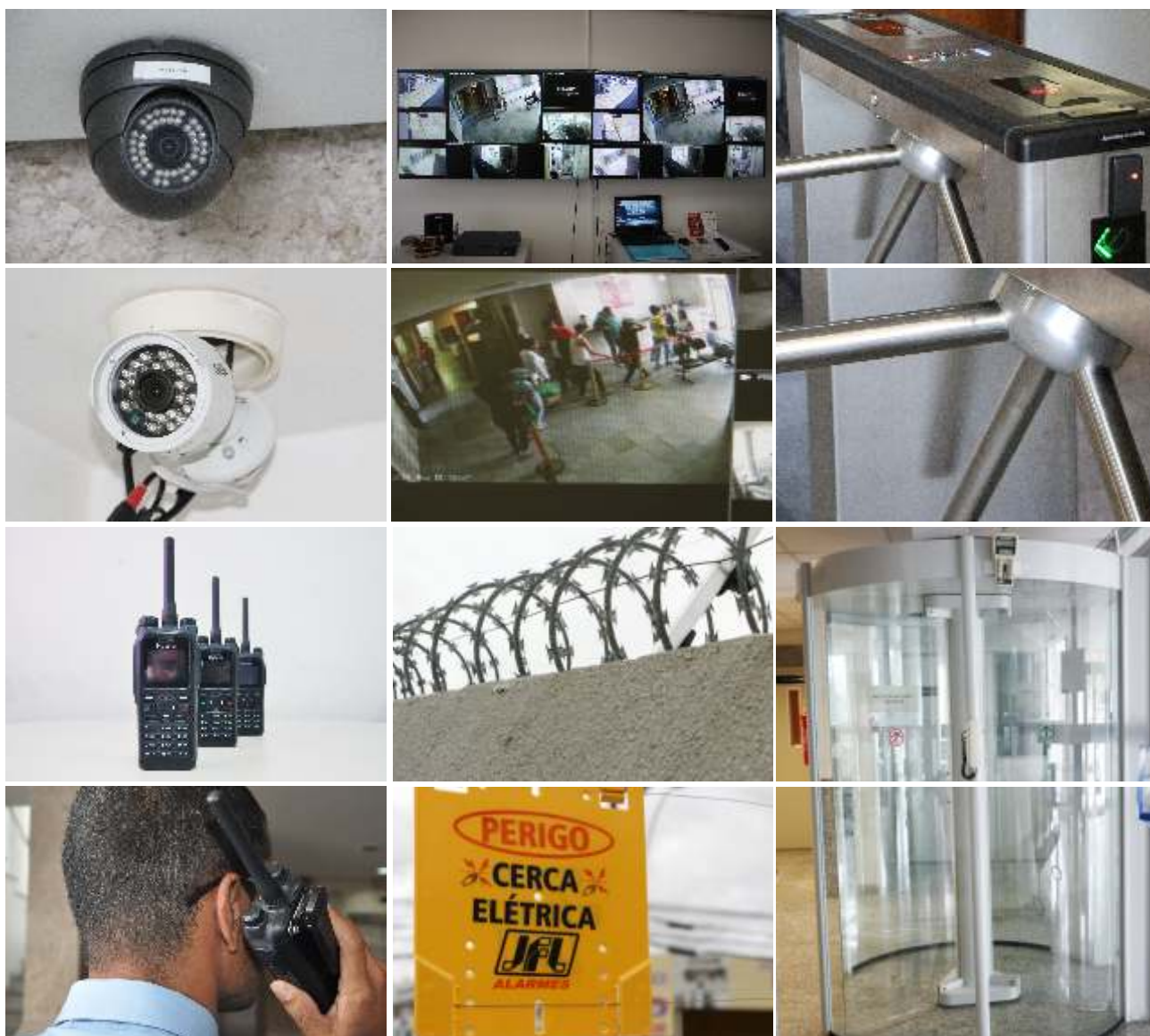


ASSESSORIA MILITAR

A Assessoria Militar tem atuado para que membros e servidores trabalhem em locais mais seguros. E, para isso, várias medidas foram implementadas desde janeiro de 2017:

- Aquisição de novas câmeras com a consequente expansão do videomonitoramento dos prédios do Ministério Público em Maceió e Arapiraca
- Implantação de cerca elétrica no prédio das Promotorias de Justiça da capital, no Barro Duro
- Instalação de catracas eletrônicas na sede do MPE/AL e nos prédios das Promotorias de Justiça da Capital e de Arapiraca

- Contratação de vigilância privada a fim de apoiar a Assessoria Militar e complementar a segurança já existente (em fase de confecção do Termo de Referência). Para essa finalidade, serão investidos cerca de R\$ 50 mil mensais
- Comunicação entre os prédios da capital por meio de rádio digital
- Implementação do Sistema de Segurança do Centro Operacional de Apoio às Promotorias de Justiça (CAOP)
- Implantação de uma sala da Assessoria Militar no prédio das Promotorias de Justiça da Capital



Além disso, o setor continua desenvolvendo cursos de instrução de tiros para os membros. E ainda, implementará um curso de direção defensiva e evasiva.

CONTABILIDADE E FINANÇAS

O MPE/AL criou uma comissão de renegociação de contratos, coordenada pelos promotores de justiça Delfino Costa e Flávio Gomes, com o objetivo de diminuir custos à instituição. Os trabalhos geraram uma economia de **R\$ 928.381,47 mil** para os exercícios financeiros dos anos de 2017, 2018 e parte de 2019, tendo em vista que alguns desses contratos só se encerrarão ano que vem.

A instituição também realizou dois leilões de bens inservíveis. O valor arrecadado com a venda do material foi de **R\$ 385.100 mil**. Além disso, o Banco Itaú ganhou a licitação para administrar a folha de pagamento do Ministério Público. Como contrapartida, foi doado ao órgão ministerial o montante de **R\$ 1,3 milhão**.

ECONOMIA GERADA PELA REDUÇÃO NOS VALORES DOS CONTRATOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO A PARTIR DE 2017 (COMISSÃO DE RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS)

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
MARCOS ANTONIO G. DOS SANTOS (gerador)			
Valor inicial do contrato		R\$ 4.875,00	
Negociação	JAN/17 A SET/17	R\$ 4.387,50	- 10,00%
Negociação	OUT/17 A SET/18	R\$ 4.387,50	- 10,00%
Negociação	OUT/18 A SET/19	R\$ 4.387,50	- 10,00%
Economia total		R\$ 16.087,50	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
PRINTPAGE (fotocópias)			
Valor inicial do contrato		R\$ 3.149,15	
Negociação	FEV/17 A JAN/18	R\$ 2.502,85	- 20,52%
Economia total		R\$ 7.755,60	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
MAINÁ (água mineral)			
Valor inicial do contrato		R\$ 1.196,00	
Negociação	FEV/17 A DEZ/2017	R\$ 1.144,00	- 4,34%
Economia total		R\$ 572,00	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
BRAZLINK (impressoras)			
Valor inicial do contrato		R\$ 16.057,60	
Negociação	FEV/17 A JAN/2018	R\$ 14.500,00	- 9,70%
Economia total		R\$ 18.691,20	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
BRASCAR (sem motorista)			
Valor inicial do contrato		R\$ 5.825,00	
Negociação	JAN/17 A MAI/17	R\$ 5.533,75	- 5%
Economia total		R\$ 1.456,25	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
BRASCAR (com motorista)			
Valor inicial do contrato		R\$ 27.641,70	
Negociação	JAN/17 A MAI/17	R\$ 26.245,85	- 5%
Economia total		R\$ 6.979,25	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
VELLO NET (internet interior)			
Valor inicial do contrato		R\$ 11.311,64	
Negociação	JAN/17 A JUN/17	R\$ 10.180,48	- 10,00%
Negociação	JUL/17 A AGO/17	R\$ 10.180,48	- 10,00%
Negociação	SET/17 A AGO/18	R\$ 10.180,48	- 10,00%
Negociação	SET/18 A AGO/19	R\$ 11.311,64	0,00%
Economia total		R\$ 22.620,20	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
VELLO NET (internet capital)			
Valor inicial do contrato		R\$ 18.566,66	
Negociação	JAN/17 A JUN/17	R\$ 16.709,99	- 10,00%
Negociação	JUL/17 A DEZ/17	R\$ 16.709,99	- 10,00%
Negociação	JAN/18 A DEZ/18	R\$ 16.709,99	- 10,00%
Economia total		R\$ 44.560,08	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
ATIVA (serviços gerais)			
Valor inicial do contrato		R\$ 85.805,41	
Negociação	FEV/17 A JUL/17	R\$ 74.361,64	- 13,34%
Negociação	AGO/17 A MAI/18	R\$ 79.412,91	- 7,45%
Negociação	JUN/18 A AGO/18	R\$ 82.180,53	- 4,22%
Economia total		R\$ 154.906,03	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
SOFTPLAN			
Valor inicial do contrato		R\$ 182.333,51	
Negociação	JAN/17 A JUN/17	R\$ 158.931,59	- 12,83%
Negociação	JUL/17 A JUN/18	R\$ 162.327,10	- 10,97%
Negociação	JUL/18 A JUN/19	R\$ 162.327,10	- 10,97%
Economia total		R\$ 620.565,36	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
ELÓGICA			
Valor inicial do contrato		R\$ 6.943,00	
Negociação	JAN/17 A DEZ/17	R\$ 6.248,7	- 10%
Negociação	JAN/18 A DEZ/18	R\$ 6.248,7	- 10%
Economia total		R\$ 16.663,20	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
ELEMAC (elevadores)			
Valor inicial do contrato		R\$ 1.966,67	
Negociação	FEV/17 A JAN/18	R\$ 1.868,33	- 5%
Negociação	JAN/18 A DEZ/18	R\$ 1.868,33	- 5%
Economia total		R\$ 2.360,16	

EMPRESAS	PERÍODO	VALOR MENSAL	VARIAÇÃO
POLO-IT			
Valor inicial do contrato		R\$ 3.783,72	
Negociação	MAI/18 A ABR/19	R\$ 2.520,00	- 33,40%
Economia total		R\$ 15.164,64	

Procuradorias cíveis e criminais atuaram em mais 17,4 mil processos entre os anos de 2017 e 2018

Está na Constituição, no artigo 127: o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A Carta Magna também diz que ele não possui vinculação funcional a qualquer dos poderes do Estado. Em 1º grau, o órgão conta com o trabalho dos promotores de justiça e, em 2ª grau, quem atende as demandas de interesse público são os procuradores de justiça. Em Alagoas, são 17 membros com essa atribuição, estando eles divididos nas Procuradorias Cíveis e Criminais que, entre os anos

O papel dos procuradores de justiça cíveis

As Procuradorias de Justiça são os órgãos do Ministério Público que atuam perante o Tribunal de Justiça, manifestando-se em todos os processos em grau de recurso naquele Colegiado. E a sua atuação se dá até a última instância de jurisdição, podendo o MPE/AL recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), ambos sediados em Brasília (DF).

As Procuradorias Cíveis são coordenadas pelo procurador José Artur Melo. Nessa esfera, seus membros atuam, por exemplo, no Direito de Família, na defesa dos direitos coletivos e difusos e na proteção ao patrimônio público.

“Nossa atribuição é funcionar em processos de natureza cível perante o Tribunal de Justiça de Alagoas, fiscalizando a aplicação da lei, quando há interesse público e existe a participação de incapazes no processo. Se formos citar o Direito de

de 2017 e 2018, já atuaram em 17.421 processos.

São 10 procuradores de justiça que trabalham com demandas na área cível, atuando nas três câmaras cíveis e na sessão especializada cível do Tribunal de Justiça: José Artur Melo, Walber José Valente de Lima, Vicente Félix Correia, Marcos Barros Melo, Sérgio Jucá, Valter José Omena Acioly, Dennis Lima Calheiros, Lean Araújo, Denise Guimarães de Oliveira e Luiz de Albuquerque Medeiros Filho.



José Artur de Melo - Coordenador das Procuradorias de Justiça Cíveis

Família, nós emitimos pareceres em ações de alimentos, divórcio, separação judicial, guarda, tutela, curatela, dentre outros. E, em processo de outras áreas cíveis, atuamos em mandados de segurança, desapropriações, ações civis públicas e por atos de improbidade”, explicou José Artur Melo.

As procuradorias criminais

A missão das Procuradorias Criminais é se manifestar em todos os processos em grau de recurso no campo penal. E são sete procuradores de justiça que trabalham com as demandas penais: Eduardo Tavares Mendes, Antônio Arecippo de Barros Neto, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Luiz Barbosa Caruaíba, Dilmar Lopes Camerino e Antiógenes Marques de Lira. Este último, o coordenador de todas elas. De forma mais detalhada, essas procuradorias atuam perante os tribunais emitindo pareceres escritos nos processos criminais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal, participando das sessões da câmara criminal do Tribunal de Justiça, oferecendo manifestação oral, tomando ciência, pessoalmente e mediante vista dos autos, das decisões proferidas daquele colegiado e recebendo intimação pessoal nos processos em que for atuar o MPE/AL. “A natureza dos nossos processos é exclusivamente criminal. Eles chegam ao Tribunal de Justiça por meio de recursos interpostos por promotores de justiça ou pelos defensores do réu. E, ao chegar ao TJ, o desembargador encaminha os autos a um dos procuradores, que vai observar a sua



Antiógenes Marques de Lira - Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais

regularidade e legalidade, elaborando parecer sobre o que verificou. Posso dizer que o mais comum é acompanhar a denúncia do promotor de 1º grau, mas não é regra, uma vez que existe a independência funcional e temos a liberdade de agir pelo nosso livre convencimento”, explicou Antiógenes Marques de Lira. E as Procuradorias de Justiça não são apenas pareceristas. Elas também têm uma importante atuação no sentido de promover discussões a respeito das funções e do papel do Ministério Público em 2º grau, com o fim de destacar os compromissos dos seus membros para com a sociedade.

No biênio 2017-2018, o procurador-geral de justiça de Alagoas, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, trabalhou em completa sintonia com o subprocurador-geral administrativo-institucional, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, e com o subprocurador-geral judicial, Sérgio Jucá, na organização administrativa do Ministério Público Estadual de Alagoas, na defesa da lei e na garantia de direitos à população.

Com as atribuições definidas pelo Ato Normativo nº 15/2017, em obediência a Lei Complementar nº 34/12, editada com o objetivo de modernizar a estrutura do MPE/AL, o subprocurador-geral administrativo-administrativo tem a missão de atuar nos feitos relativos às atividades-meio, mais notadamente que tratem de matérias como pagamento de diárias; concessão, suspensão, adiamento e interrupção de férias; instrução de processos relativos às licitação; celebração de contratos; e atos relativos à administração geral, executando-se os de caráter decisório que requeira atuação direta do procurador-geral de justiça.

Nesse sentido, foi relevante a participação do subprocurador-geral administrativo-institucional numa série de ações realizadas pela instituição como, por exemplo, as tratativas para as doações de dois terrenos que pertenciam as Prefeituras de Palmeira dos Índios e



Márcio Roberto Tenório de Albuquerque - Subprocurador-geral Administrativo-Institucional

Marechal Deodoro para a construção das futuras sedes das promotorias de justiça desses dois municípios.

"São terrenos localizados em bairros estratégicos e valorizados e certamente o maior beneficiário dos prédios que serão construídos nesses espaços será o povo dessas duas cidades. E também trabalhamos muito na agilização da máquina administrativa do Ministério Público, contribuindo para que a burocracia necessária fosse cumprida de maneira leve e dinâmica, permitindo, assim, que ocorresse uma avalanche realizações", declarou Márcio Roberto Tenório de Albuquerque.

Judicial

A Lei Complementar nº 34, em seu artigo 10, estabelece que compete ao subprocurador-geral judicial o exercício de funções delegadas como órgão de execução e a supervisão da Assessoria Técnica, bem como outras previstas em ato normativo.

"Exerço a função de subprocurador-geral judicial por gentileza do procurador-geral de justiça, Alfredo de Mendonça Neto, desde o início do seu profícuo mandato. O cargo tem a atribuição de supervisionar a Assessoria Técnica do chefe do Ministério Público e outras que lhes forem solicitadas, como a de representá-lo em sessões plenárias do Tribunal de Justiça, propor ou intervir nas ações originárias e nos recursos especiais e extraordinários, além de atuação em causas tramitantes no 2º grau de jurisdição", informou Sérgio Jucá.



Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá - Subprocurador-geral Judicial

Ele ainda ressaltou que o subprocurador-geral judicial assume função de subprocurador-geral administrativo-institucional na ausência e no impedimento do titular do cargo.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Estabelecer uma comunicação mais rápida com os públicos interno e externo do MPE/AL foi uma das metas da Procuradoria-Geral de Justiça para o biênio 2017/2018. E para alcançar esta finalidade, a Dicom cresceu em servidores. Dois novos jornalistas, um publicitário e um técnico administrativo passaram a compor a equipe.

Com mais profissionais no setor, a cobertura das ações desenvolvidas por promotores e procuradores de justiça pôde ser ampliada, de modo que também aumentou a quantidade de matérias e de registros fotográficos no site do MPE/AL.

As redes sociais ganharam força e os posts confeccionados para Facebook, Instagram e Twitter passaram a ser quase diários, o que resultou numa maior aproximação entre o Ministério Público e a sociedade. Em 2017, foram produzidos 59 vídeos e 430 artes. Agora em 2018, até outubro, já são **54 vídeos e 538 artes**.

E parte desse material foi utilizado também para comunicação interna e para os projetos e campanhas das promotorias de justiça, a exemplo do “Entenda o MPE/AL”, “Fiscalização Preventiva Integrada do Rio São Francisco (FPI)”, “MP Comunitário”, “Fale, Educação!”, “Direitos Humanos em Pauta”, “Drogas: Prevenção é a Palavra-Chave”, “Guardião da Cidadania”, “Notificar é Preciso”, “Plano de Conservação do Mutum-de-alagoas”, “Você Sabe o que Significa?”, “Assédio Sexual e Moral”, “Abuso Sexual Infantil” e “Agosto Lilás”.



Pesquisa

E pela primeira vez na história do MPE/AL, uma campanha será realizada com base no resultado de uma pesquisa que aferiu o grau de conhecimento da população sobre o que é a instituição Ministério Público. Por meio do projeto “O MP mais perto de você”, um instituto de pesquisa foi contratado e visitou todas as regiões do estado, consultando os moradores de cada cidade sobre a sua percepção a respeito da instituição ministerial e o papel do promotor de justiça naquele município.

Com o resultado em mãos, a administração superior agora vai realizar uma licitação para a contratação de uma agência de publicidade que, por sua vez, construirá, ao lado da Dicom, uma campanha capaz de aproximar o MPE/AL mais ainda da sociedade.

Prêmios



Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça



Prêmio Braskem de Jornalismo

E pelo trabalho de cobertura da FPI do São Francisco, o MPE/AL conquistou, em junho de 2017, o 1º lugar no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. A disputa foi contra a Defensoria Pública do Rio de Janeiro e o TRE de Minas Gerais. Já em novembro do mesmo ano, na categoria “Assessoria de Comunicação”, novamente o pódio número 1 ficou com o Ministério Público de Alagoas pela criação da campanha “Agosto Lilás”, de combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em 2018 a Diretoria de Comunicação voltou a conquistar o 1º lugar com o trabalho de cobertura da FPI do São Francisco, no Prêmio SST de jornalismo (Saúde e Segurança no Trabalho). E, novamente, o Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça agraciou a Dicom do MPE/AL. Dessa vez, foi dada à instituição a 2ª colocação com a campanha “Agosto Lilás”.

Campanha Agosto Lilás é destaque nacional

Em 2018, o Ministério Público promoveu mais uma campanha “Agosto Lilás”, de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e em desfavor do machismo. Durante todo aquele mês, uma série de atividades foram realizadas na capital e no interior, levando conscientização à população e chamando atenção para a importância da denúncia contra o agressor.

A campanha utilizou os números registrados pelas três promotorias de justiça que atuam nessa área e mostrou que, nos últimos dois anos, já são mais de cinco mil vítimas dos mais diferentes crimes, a exemplo de tentativas de homicídio, estupro, lesão corporal, ameaça, calúnia, difamação, injúria, dano e incêndio. São processos penais em tramitação no Juizado de Violência Doméstica que, em sua maioria, já possuem deferidas medidas protetivas de urgência.



A temática

E para este ano, o “Agosto Lilás” resolveu fazer dois tipos de abordagens: mostrar que os filhos também sofrem as consequências da violência doméstica dentro de casa e falar sobre a necessidade de se combater o machismo.

Depoimentos reais de crianças e adolescentes, interpretados por pessoas comuns, viraram comerciais de TV e rádio, além de posts para as redes sociais. E, no combate ao machismo, utilizamos mulheres das mais diferentes profissões se autoafirmando em suas atividades laborais, com destaque para a jogadora alagoana Marta e à farmacêutica bioquímica Maria da Penha Maia Fernandes, que empresta seu nome a Lei que recrudescer a punição contra os agressores.

MINISTÉRIO PÚBLICO COMUNITÁRIO

Experiência bem-sucedida de inserção do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPE/AL) na comunidade do Vergel do Lago, o programa Ministério Público Comunitário realizou, entre 2017 e 2018, dezenas de atividades de capacitação e eventos que discutiram temas importantes para os moradores daquela região.

Carro-chefe do MP Comunitário, o Curso de Formação em Mediação Comunitária, já realizado algumas vezes, objetivou capacitar lideranças para a prática da resolução de conflitos. “Essa é uma capacitação para profissionais e estudantes de diversas áreas para que se tornem multiplicadores da cultura de paz”, contou Cláudio Malta, promotor que coordenou o programa.

Normalmente a formação tem duração de 44 horas e é dividida em 10 módulos que abordam temas como “Direitos Humanos e Mediação”, “Questões Comunitárias e Sociológicas”, “Pessoas, Relacionamento e Comunicação” e “Propostas e Experiência da Mediação Comunitária”. E quando começam a atuar na mediação, as principais demandas recebidas estão relacionadas às questões familiares e aos conflitos das relações de vizinhança.



Meio ambiente e dia da mulher

O MP Comunitário também promoveu o III Encontro Local de Educação Ambiental, onde especialistas falaram sobre a importância da correta destinação para os resíduos sólidos e quais as consequências à saúde humana e ao meio ambiente quando o descarte do lixo ocorre de maneira inadequada. Além disso, realizou a II Caminhada de Mobilização Contra o Descarte de Lixo, que teve como tema a luta da mulher por melhores condições de vida e trabalho.

E o Dia Internacional da Mulher não passou em branco. O 8 de março foi marcado por oficinas, apresentações culturais, atendimento para mediação de conflitos e campanhas sobre os direitos da mulher e contra o descarte irregular de lixo.



O programa

O programa MP Comunitário foi instituído em 2011 com o objetivo de criar e fortalecer instrumentos alternativos para a solução de conflitos, da promoção social e da dignidade humana, com vistas à redução da violência e a criação de uma cultura de paz, reconhecendo e aproveitando os talentos e recursos comunitários.





ATUAÇÃO DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM PROCESSOS

A Procuradoria-Geral de Justiça, com o apoio da Assessoria Técnica, atuou em milhares de processos judiciais perante o Tribunal de Justiça de Alagoas, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

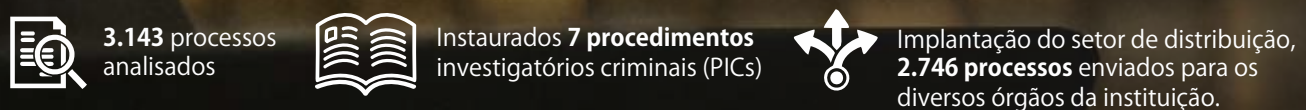
Esfera judicial:



Destaque para as ações, acordos e operações do PGJ:

Um conselheiro do Tribunal de Contas (Atos de improbidade administrativa contra a administração pública)	Dois conselheiros do Tribunal de Contas (Desvio de recursos do TCE/AL)
Recurso interposto e sustentação oral contra decisão do Tribunal de Justiça que inocentou um deputado estadual da acusação de homicídio	Atual prefeito de Maribondo (Violência Doméstica - 1ª denúncia)
Acordo de não persecução penal para o encerramento dos lixões com dezenas de prefeituras do interior	Atual prefeito de Maribondo (Violência Doméstica - 2ª denúncia)
Participação nas 13 operações do GAECO de combate a corrupção nos municípios de Santana do Ipanema, Maravilha, Ouro Branco, Pão de Açúcar, Poço das Trincheiras, Campo Grande, Mata Grande (três vezes), Girau do Ponciano, Água Branca e Viçosa, ajuizando, ainda, ações penais e medidas cautelares	Atual prefeito de Campo Grande (Corrupção ativa e crime de responsabilidade)
	Prefeito de Mata Grande (Corrupção)
	Prefeito de Olho d'Água das Flores (Peculato)

Esfera extrajudicial:



Procedimentos administrativos

7.486 Despachos	2.336 Ofícios	1.736 Portarias	43 Atos do PGJ
-----------------	---------------	-----------------	----------------

E dentre a produção legislativa do procurador-geral de justiça, destaca-se a edição de atos normativos que visou aprimorar o trabalho das áreas meio e fim:

**ATO nº.
PGJ 01/2017**

Altera o Ato PGJ nº. 06/2011, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

**ATO NORMATIVO
PGJ nº. 01/2017**

Dispõe sobre o uso de armas nas dependências do Ministério Público do Estado de Alagoas.

**ATO nº.
PGJ 04/2017**

Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, os Diplomas de Honra denominados Procurador de Justiça Hélio Luna Torres e Procurador de Justiça Itamar Gama e Silva.

**ATO nº.
PGJ 06/2017**

Regulamenta o acesso ao sistema eletrônico SAJ- MP no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas e normatiza as regras para criação, especificação de contas e sua exclusão.

**ATO nº.
PGJ 07/2017**

Fixa a data para a entrada em produção do sistema MP DIGITAL – SAJ/MP no Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas.

**ATO nº.
PGJ 08/2017**

Define regras quanto à forma de recebimento de documentos no âmbito da atividade-fim do Ministério Público do Estado de Alagoas.

**ATO nº.
PGJ 09/2017**

Institui, no âmbito dos processos administrativos da atividade-meio do Ministério Público do Estado de Alagoas, a classificação de prioridades na tramitação processual.

**ATO nº.
PGJ 12/2017**

Institui o desconto do auxílio-alimentação quando do pagamento de diárias aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

**ATO nº.
PGJ 15/2017**

Delega atribuições ao subprocurador-geral administrativo-institucional para atuar nos processos administrativos em trâmite na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas e dá outras providências.

**ATO nº.
PGJ 16/2017**

Cria o setor de distribuição e define regras quanto à distribuição dos feitos no âmbito da atividade-fim do Ministério Público do Estado de Alagoas, iniciados no protocolo localizado no prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

**ATO nº.
PGJ 18/2017**

Dispõe sobre o uso dos veículos de representação oficial no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas.

**ATO nº.
PGJ 19/2017**

Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Programa de Atuação Ministerial para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção no Estado de Alagoas.

**ATO nº.
PGJ 21/2017**

Implantação do auxílio-alimentação aos integrantes da Assessoria Militar do Ministério Público do Estado de Alagoas, em consonância com o parágrafo segundo do art. 12 da Lei Estadual nº 7.373, de 04 de junho de 2012.

**ATO nº.
PGJ 22/2017**

Determina, aos órgãos de apoio técnico e administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, o uso racional de papel para impressão.

**ATO nº.
PGJ 25/2017**

Prorroga, por 12 (doze) meses, o prazo de validade do 6º processo seletivo para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva de estagiários do Ministério Público do Estado de Alagoas.

**ATO nº.
PGJ 02/2018**

Fixa a abrangência territorial de cada região administrativa e estabelece a distribuição dos cargos efetivos do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público do Estado de Alagoas.

**ATO nº.
PGJ 03/2018**

Institui e regulamenta a Política de Gestão de Documentos Arquivísticos do Ministério Público do Estado de Alagoas.

**ATO nº.
PGJ 04/2018**

Institui o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos no âmbito das atribuições do Ministério Público do Estado de Alagoas – PLID/AL, em adesão ao Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos – SINALID/CNMP.

**ATO nº.
PGJ 09/2018**

Suspendeu a concessão de férias e de licenças voluntárias, a partir do dia 7 de julho de 2018, até 15 (quinze) dias depois da diplomação dos candidatos eleitos, aos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas que exercem funções eleitorais, ressalvadas as situações excepcionais.

**ATO nº.
PGJ 10/2018**

Altera a tabela dos plantões do Ministério Público do Estado de Alagoas e dá outras providências.

**ATO nº.
PGJ 11/2018**

Reformula os percentuais a serem aplicados na verba indenizatória pelo desempenho de funções de direção, coordenação e assessoramento, limitando a gratificação em, no máximo, 20% do valor do seu subsídio, não podendo a soma das verbas previstas exceder o teto remuneratório constitucional.

**ATO nº.
PGJ 12/2018**

Altera o Ato PGJ nº 06/2011, que regula a concessão e o pagamento de diárias aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

**ATO nº.
PGJ 13/2018**

Altera o Ato PGJ nº 16/2017, redefinindo o funcionamento do Setor de Distribuição.

**ATO nº.
PGJ 14/2018**

Institui o Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça.

**ATO nº.
PGJ 16/2018**

Transfere o Gabinete da Assessoria Militar desta Procuradoria-Geral de Justiça para o prédio-sede das Promotorias de Justiça da Capital, situado na Avenida Juca Sampaio, nº 540, Barro Duro - Maceió-AL, até ulterior deliberação.

**ATO NORMATIVO CONJUNTO
PGJ/CGMP nº. 01/2018**

Dispõe sobre a aplicação, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, da Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN 15/2018, que trata do estágio probatório dos membros do Ministério Público brasileiro.

POSSE DE 26 NOVOS PROMOTORES DE JUSTIÇA



Uma das principais marcas da atual gestão foi a nomeação de 26 novos promotores de justiça. Com isso, pela primeira vez em 20 anos, 100% das Promotorias de Justiça de Alagoas estão com um membro titular. Para a chefia do Ministério Público, esse importante marco já está trazendo mais agilidade na resolução das demandas e a população agora conta com a resposta ainda mais rápida da instituição.



Em 2017, por ordem de classificação, foram empossados Arlen Silva Bitro, Rodrigo Soares da Silva, Márcio José Dória da Cunha, Ivaldo da Silva, Guilherme Diamantaras de Figueredo, Luiz Alberto de Holanda Paes Pinto, Louise Maria Teixeira da Silva, Rômulo de Souto Crasto Leite, Paulo Henrique Carvalho Prado, Fábio Bastos Nunes e Rodrigo Ferreira Lavor Rodrigues da Cruz. Eles atualmente exercem suas atribuições as Promotorias de Justiça de Porto Real do Colégio, Girau do Ponciano, Anadia, Cacimbinhas, Major Izidoro, Maravilha, Junqueiro, Água Branca, Igreja Nova, São José da Tapera e Colônia Leopoldina.

Já em junho deste ano, foi dada posse, também por ordem de classificação, a mais 15 novos membros do

MPE/AL: Ary Lages Filho, Thiago Riff Narciso, Marcus Vinícius Batista Rodrigues Júnior, Ricardo de Souza Libório, Ariadne Dantas Meneses, Leonardo Novaes Bastos, Lucas Mascarenhas de Cerqueira Menezes, Isaac de Medeiros Santos, Kleytione Pereira Sousa, Lucas Schitini de Souza, Alex Almeida Silva, Paulo Victor Sousa Zacarias, Sérgio Ricardo Vieira Leite, Dênis Guimarães de Oliveira e Jheise de Fátima Lima da Gama. Eles assumiram, respectivamente, as Promotorias de Justiça de Passo de Camaragibe, Piaçabuçu, Batalha, Traipu, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Feira Grande, Olho d'Água das Flores, Maribondo, Limoeiro de Anadia, Piranhas, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema e União dos Palmares.



AÇÕES INÉDITAS

CRIAÇÃO DO GAESF

GAESF - Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos. Essa foi a primeira iniciativa da chefia do MPE/AL para combater crimes nesse segmento. Instituído por meio da Resolução nº 1/2017, após aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça, desde então o colegiado vem atuando em parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e a Polícia Civil de Alagoas.



Dentre as atribuições, o Gaesf realiza investigações cíveis e criminais, acompanha inquéritos policiais e instaura procedimentos; colhe depoimentos; requisita de órgãos públicos serviços técnicos e informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades; e propõe ações cíveis

de responsabilidade pela prática de ato de improbidade administrativa e, também, ações penais.

Para suas investigações, o Grupo trabalha com teto mínimo de **R\$ 2 milhões** em fraude.





Após pedido do MPE/AL, Judiciário determina que medicamentos apreendidos na operação Placebo sejam doados a hospitais públicos

Numa iniciativa inédita, cerca de 5 mil tipos de medicamentos foram entregues para abastecimentos de hospitais públicos alagoanos, em agosto último. A boa notícia se deu em razão do requerimento de adjudicação (ato judicial que dá a alguém a posse e a propriedade de determinados bens) feito pelo Ministério Público Estadual de Alagoas e que teve decisão favorável do Poder Judiciário. Os remédios e insumos foram apreendidos durante a operação Placebo, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial em Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Conexos (Gaesf) do MPE/AL, em julho deste ano. A mercadoria foi apreendida porque o Ministério Público, entendeu que a sua aquisição se deu com recursos provenientes de crime, gerando um prejuízo milionário ao tesouro

estadual. A entrega do material foi acompanhada de perto pelo pelo procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, e pelos promotores de justiça do Gaesf Kléber Valadares e Guilherme Diamantaras. “Essa foi uma vitória não somente do Ministério Público, mas de toda a população alagoana que sofre com os mais diversos tipos de crime, inclusive, com os de lavagem de bens e sonegação de tributos. São recursos que, se recolhidos aos cofres estaduais, poderiam ser utilizados, por exemplo, para cuidar melhor da saúde dos pacientes que não podem custear tratamentos particulares. É por isso que a chegada desses medicamentos nos hospitais públicos foi tão importante”, defendeu o chefe do MPE/AL.





O que foi requerido pelo Gaesf

O Gaesf, no pedido formulado à 17 Vara Criminal da Capital, explicou que todo o material apreendido beneficiaria diretamente o estoque dos hospitais ligados à Secretaria Estadual de Saúde de Alagoas (Sesau) que, por sua vez, já deixara reservado, numa conta do Estado, o valor de R\$ 40 milhões como garantia financeira às empresas alvo das denúncias, caso haja essa necessidade futura. O Ministério Público também argumentou que os estoques de bens existentes nas empresas Ribeiro & Santos, Moca Distribuidora, Holifarma, MI Farma e AM

Farma, tanto de medicamentos quanto de automóveis, na verdade são fruto indireto do crime de lavagem de bens, fraudes societárias, além de sonegação fiscal. E, somente em razão do não recolhimento dos tributos devidos, o prejuízo aos cofres públicos já corresponderia a R\$ 196.539.968,80 (Cento e noventa e seis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), aí incluídos valores originais, além de multas e juros.





REFORMULAÇÃO DO CAOP E FRENTES DE TRABALHO

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (CAOP), criado pela Resolução nº 003/17, em 2017, tem atribuição de auxiliar as atividades funcionais do Ministério Público, dando suporte as demandas dos promotores de justiça que atuam em Maceió e no interior.

A reforma do prédio que abriga o CAOP, atualmente funcionando na Avenida Fernandes Lima, nº 1.018, no bairro do Farol, custou R\$ 350 mil. Após as obras, o espaço ficou mais confortável e dotado de melhor estrutura para receber o público.

E é nesse mesmo imóvel que estão instalados os Núcleos de Defesa do Patrimônio Público, de Defesa da Saúde Pública, do Meio Ambiente, da Infância e Juventude, do Consumidor, de Combate ao Crime e da Mulher, além da Escola Superior do Ministério Público.

Além deles, a chefia do MPE/AL criou outros três importantes núcleos: de Defesa da Educação, de Combate ao Crime e o de Perícias.



Encerramento de 100% dos lixões em Alagoas

Numa iniciativa nunca antes vista em Alagoas, o Ministério Público conseguiu fechar todos os lixões ainda existentes no estado. Por meio de um acordo de não persecução penal, firmado entre a chefia do MPE/AL e gestores públicos, Alagoas se tornou o primeiro estado do Norte/Nordeste e o 3º do país a encerrar todos os seus vazadouros, o que ocorreu até o final do primeiro semestre deste ano de 2018. O término daquela atividade ambientalmente ilegal finalmente deu cumprimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). E essa ação contou com o apoio da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), do Instituto do Meio Ambiente (IMA) e da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos (Semarh).

Além do fechamento dos lixões, o Ministério Público recomendou aos municípios que se associem para fomentar a implementação de locais de recepção e tratamento adequado de resíduos sólidos, buscando, assim, a diminuição dos custos. E no acordo, os gestores concordaram ainda em assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a promotoria de justiça local para, num prazo de até cinco anos, recuperar a área ambientalmente degradada pela aposição inadequada de resíduos sólidos e promover a efetividade das políticas públicas inseridas na lei já referida.

E como reconhecimento ao esforço feito pelos prefeitos para encerrar seus vazadouros, o MPE/AL entregou um certificado a cada um dos gestores. Foi a forma que a

instituição encontrou para homenageá-los.

Desde 2014, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) vinha orientando as unidades do MPs brasileiro sobre a importância do cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Para tanto, aquele Colegiado criou um guia com a missão de apresentar subsídios de atuação aos membros do Ministério Público para o devido enfrentamento do problema, além de fundamentar a constitucionalidade e a legalidade da gestão compartilhada de resíduos sólidos recicláveis entre municípios e associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis, com dispensa do processo licitatório e, mais, como obrigação do poder público de contratar e remunerar os serviços prestados, responsável que é pela fiel observância dos preceitos legais.



Criação dos Conselhos Municipais de Segurança Pública

O MPE/AL, instalou, durante os anos de 2017 e 2018, em audiências públicas realizadas em cidades alagoanas, 24 Conselhos Municipais de Segurança Pública (Conseg). A ideia de criar os colegiados, que têm a participação direta da população, partiu do procurador-geral de Justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto e, ao longo desses dois anos, foi recebendo a adesão dos promotores de justiça do interior do estado e teve total apoio da coordenação do CAOP.

O objetivo é fomentar a implementação de políticas públicas para diminuir os índices de violência em Alagoas e oferecer melhoria na qualidade de vida da população. Por isso, os conselhos são compostos por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios, das Polícia Civil e Militar, da Guarda Municipal e da sociedade civil organizada.

Os Conseg já foram instalados nos municípios de Maravilha, Poço das Trincheiras, Ouro Branco, São José da Tapera, Carneiros, Senador Rui Palmeira, Olho d' Água

das Flores, Monteirópolis, Canapi, Inhapi, Mata Grande, Água Branca, Pariconha, Piranhas e Olho d'Água do Casado, Batalha, Jacaré dos Homens, Belo Monte, Major Isidoro, Jaramataia, Santana do Ipanema, Olivença, Pão de Açúcar e Palestina.

Para incentivar a criação dos conselhos também foram realizadas audiências públicas em outras cidades do interior do estado. As reuniões de trabalho, onde a população pôde ser ouvida, já aconteceram em Passo de Camaragibe, Coruripe, Arapiraca, Penedo, Campo Grande, Coité do Noia, Craíbas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, São Sebastião, Taquarana, Feliz Deserto, Igreja Nova, Piaçabuçu, Porto Real do Colégio, São Brás e Traipu. São Miguel dos Campos, que envolveu também as cidades de Anadia, Barra de São Miguel, Boca da Mata, Campo Alegre, Jequiá da Praia, Junqueiro, Marechal Deodoro, Roteiro e Teotônio Vilela.



Instalação das Casas de Acolhimento em Alagoas

Alagoas ganhou duas casas de acolhimento no interior do Estado em 2018. Essa foi mais uma vitória do MPE/AL em sua missão de proteger a infância e a juventude. As unidades funcionam nos municípios de Maragogi e Boca da Mata e foram criadas para receber crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Em Maragogi, primeira casa a ser inaugurada, o prédio conta com a disponibilidade de 15 vagas para crianças ou adolescentes, de ambos os sexos, que tenham sido vítimas de abuso sexual, desorganização familiar e outras violências.

Os municípios beneficiados por esse espaço são Barra de Santo Antônio, Campestre, Jacuípe, Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Paripueira, Passo do Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras e São Luiz do Quitunde. E ele funcionará com gestão associada entre esses 11 municípios e com a fiscalização vigilante do MPE/AL.

Também já em funcionamento a Casa Lar de Boca da Mata, que conta com profissionais especializados, entre psicólogos e assistentes sociais. O local foi todo estruturado e conta com quartos para

meninos e meninas, de até 12 anos, separadamente. Além disso, por meio da Prefeitura, foi feita a aquisição de brinquedos que são utilizados como terapia para os acolhidos.

As crianças e adolescentes serão acompanhados 24 horas, sempre com a permanência de pessoas no período noturno, inclusive, com o monitoramento da Guarda Municipal.

E a chefia do MP também incentivou assinatura de Termos de Ajustamento de Condutas, onde outros gestores municipais se comprometeram a criar abrigos

para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, que funcionem nos moldes desse tipo de consórcio para minimizar os custos e atender um maior número de vítimas. Os municípios que se comprometeram em criar o abrigo de forma coletiva foram São Sebastião, Girau do Ponciano, Campo Grande, Igreja Nova, Traipu, Feira Grande, Lagoa da Canoa, Olho d'água Grande, Porto Real do Colégio, São Brás, Junqueiro, Campo Alegre, Anadia, Coité do Nóia, Teotônio Vilela, Cajueiro e Limoeiro de Anadia.



Fiscalização de transportes escolares

“Transporte legal” é o nome do projeto criado pelo Ministério Público Estadual de Alagoas (MPE/AL), em parceria com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/AL), que tem o objetivo de fiscalizar a qualidade dos veículos que fazem o transporte escolar de crianças e adolescentes nos 102 municípios alagoanos.

Instituído em outubro de 2018, ele é uma ação promovida pelo Núcleo de Defesa da Educação, vinculado ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (Caop), e teve seu início de atividade de campo realizada no município de São Luis do Quitunde, litoral norte de Alagoas.

E já na primeira fiscalização, uma série de irregularidades foram encontradas, a exemplo de falta de cinto de segurança, ausência de tacógrafos (aparelho medidor de velocidade) e da faixa sinalizando que o transporte é escolar, lanternas quebradas, pneus carecas e habilitação de motorista na categoria inadequada.

Diante dos problemas flagrados, 33 ônibus foram interditados e, à Prefeitura, foi dado um prazo de 10 dias para substituir toda a frota. E dentro desse mesmo tempo, o Município teve que informar ao MPE/AL o calendário para reposição do período de aulas que foi perdido pelos estudantes.



COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTO

Criada por meio da Portaria nº 436/17, a comissão, que contou com a participação direta da chefia do MPE/AL, tem o objetivo de promover a gestão e proteção dos documentos produzidos e recebidos pelo MPE/AL, constituindo-se em órgão de apoio as atividades arquivísticas da administração.

Também cabe a comissão orientar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos, recebidos e acumulados pela instituição, aperfeiçoar as atividades arquivísticas dos diversos órgãos do Ministério Público e adotar políticas de conservação de documentação.

Em 2017, foram realizados estudos quanto a legislação pertinente a gestão documental, tendo como referências o Conselho Nacional de Arquivos e o Arquivo Público de São Paulo e está seguindo as determinações do Conselho Nacional do Ministério Público no tocante ao assunto. Até agora, esses estudos estão concentrados na elaboração de listagem de documentos por área do MPE/AL, tabela de temporalidade, plano de classificação e critérios para avaliação de documentos. Além disso, foi confeccionado um termo de referência para contratação



de empresa especializada em serviço de digitalização, tratamento e armazenamento de documentos, bem como seu acondicionamento.

Já em 23 de março de 2018, o Ato Normativo nº 3 instituiu e regulamentou a Política de Gestão de Documentos Arquivísticos do MPE/AL, o que fez a chefia da instituição locar um galpão para instalação, adequação e funcionamento do Arquivo Geral do MPE/AL.

Estudo

E a comissão está realizando um estudo sobre a estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça de Alagoas com o objetivo de identificar todas as unidades administrativas produtoras de documentos da instituição e subsidiar a elaboração dos instrumentos arquivísticos necessários à implantação da política de

gestão documental.

Neste mês de outubro, foi iniciada a fase de coleta de informações acerca das atividades desempenhadas por unidade administrativa do MPE/AL e os correspondentes documentos produzidos no desempenho de suas atribuições.

CRIAÇÃO DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI)



Instituído pela Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça pela Resolução nº 13/2017, o GSI tem, entre suas finalidades, o dever de auxiliar o procurador-geral de justiça nas decisões de matérias administrativas pertinentes às atividades da Assessoria Militar; planejar, coordenar, controlar e sistematizar os procedimentos relativos à segurança pessoal dos

membros, servidores e colaboradores e à salvaguarda das instalações do Ministério Público; e coordenar as rotinas de segurança do chefe do MPE/AL, bem como de outros agentes públicos em visita oficial à instituição.

Também é função do GSI coordenar e controlar as atividades de segurança e inteligência orgânica do Ministério Público de Alagoas, bem como realizar estudos visando readequá-las periodicamente; e supervisionar e avaliar as medidas urgentes de proteção adotadas em

favor de agentes públicos, assim como de seus familiares.

O GSI tem ainda a atribuição de propor a aquisição, assim como autorizar e controlar o uso de veículos especiais, armamentos e demais equipamentos de segurança e adotar iniciativas tendentes a cumprir, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, as diretrizes operacionais firmadas pelo Comitê de Política de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Criação do GSI

Já em 2018, foi criado o Comitê de Segurança Institucional (CSI), que tem a atribuição de definir a Política de Segurança Institucional nas áreas de informação, recursos humanos, materiais, espaços e instalações do Ministério Público.

Ainda compete o CSI propor ao procurador-

geral de Justiça a adoção de políticas, diretrizes, normas, planos e ações visando prover a segurança de seus integrantes, usuários, visitantes, áreas e instalações, informações e patrimônio público sob a responsabilidade da Instituição;

FORÇA-TAREFA DO SALGADINHO

Para tratar de uma das maiores mazelas ambientais de Maceió, foi criada, em fevereiro, uma força-tarefa para recuperar a Bacia Hidrográfica do Rio Reginaldo. A 1ª etapa dos trabalhos foi finalizada em junho e o relatório recomendando medidas a serem adotadas foi entregue às instituições federais, estaduais e municipais que com atribuição na esfera ambiental. O estudo constatou a quase inexistência de vida no rio, proliferação de vetores, poluição e mau cheiro e que tais impactos são resultantes dos dejetos jogados nos cursos d'água, do despejo de resíduos sólidos (lixo), da ocupação irregular às margens dos mananciais e da falta de preservação da mata ciliar e das áreas de nascente.

A 2ª etapa da força-tarefa já começou e está sendo direcionada para oitivas de técnicos e especialistas de instituições e entidades. Paralelo a isso, o MPE/AL está atuando nas irregularidades constatadas por meio de 15 inquéritos civis contra empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras.



GUARDIÃO DA

O MPE/AL REALIZOU DEZENAS DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



Igualdade racial



Conselho Municipal de Segurança em Batalha



Conselho Municipal de Segurança Major Izidoro



Conselho Municipal de Segurança em Cacimbinhas



Plano Geral de Atuação - Maceió



Plano Geral de Atuação - Arapiraca



Segurança nas escolas públicas



Rede da Infância - Benedito Bentes



Audiência Pública sobre FPI do São Francisco



Combate ao preconceito racial



Festejos Juninos



Conselho Municipal de Segurança em São Miguel dos Campos

A CIDADANIA

ÂNCIAS PÚBLICAS POR TODO O ESTADO



Comunidade Desportiva



Assistência a gestantes de alto risco



Casa de acolhimento



Carnaval



Direito do idoso



Educação pública



Rede da Infância



Encerramento dos lixões



Conselho de Segurança Pública em Santana do Ipanema



Audiência Pública sobre o Combate ao Abuso Sexual



Educação infantil/juvenil



Saúde mental

COMISSÃO DAS ENCHENTES

Diante dos desastres causados pelas fortes chuvas que ocorreram em Alagoas em maio de 2017, o procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, criou a Comissão de Apoio Institucional às Vítimas das Enchentes. O grupo teve a missão de fiscalizar, de maneira unificada, os recursos e doações que foram destinados às prefeituras atingidas pelos temporais, bem como os abrigos para onde foram levadas as pessoas que tiveram suas casas atingidas pela cheia. A força-tarefa foi formada por 11 promotores de justiça.

Após a descoberta de irregularidades no preenchimento do Formulário de Avaliação de Danos (Avadan) enviado à Defesa Civil, recomendações foram expedidas pelo Ministério Público para todos os municípios, no sentido da correta aplicação dos recursos. Essa iniciativa resultou na devolução de mais de R\$ 16 milhões à União.



PROJETO GUARDIÃO DA CIDADANIA

Em julho de 2017, o Ministério Público iniciou a série de reportagens 'Guardião da Cidadania', um projeto de comunicação que teve a intenção de aproximar a sociedade das 173 Promotorias e Procuradorias de Justiça da capital e do interior.

As matérias detalham o trabalho dessas unidades e tentam esclarecer quais são as atribuições de cada promotor e procurador. As redes sociais também integram o projeto e trazem a histórias desses órgãos do Ministério Público.

Por enquanto, o 'Guardião da Cidadania' já falou sobre as Promotorias de Justiça de Família, do Tribunal do Júri, de Combate a Entorpecentes, da Execução penal, da Saúde, do Idoso, dos Crimes contra a Infância e a Juventude, do Consumidor, do Meio Ambiente, do Juizado da Fazenda Pública, da Criança e do Adolescente (Medidas Socioeducativas) e de Urbanismo, todas em Maceió.

Já no interior do estado, foram contempladas as Promotorias de Justiça Delmiro Gouveia, Girau do Ponciano, Campo Grande, Maribondo, Pindoba, Pão de Açúcar, Palestina, Quebrangulo, São Sebastião, Viçosa, Boca da Mata, Cajueiro, Penedo e parte das promotorias de Arapiraca.



100% de PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA IMPLANTADOS NOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS

“Transparência no Poder Legislativo dos Municípios de Alagoas”. Essa foi a proposta levada para todas as 102 Câmaras Municipais pela chefia do MPE/AL, pelo CAOP e pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Público para que todas elas implantassem ou aperfeiçoassem, num curto espaço de tempo, os seus portais da transparência, uma ferramenta importante de controle social, e se adequassem ao que exige a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

E as casas legislativas responderam positivamente ao chamamento do Ministério Público. Segundo

levantamento da coordenação do projeto, 100% das Câmaras Municipais agora possuem seus portais da transparência funcionando. Desse total, 73,52% estão com notas acima de 80 pontos (numa escala de 100), que é a pontuação desejada pelo Ministério Público. Já a média de notas da maioria dos parlamentos ficou em 83,21 pontos.

Para que isso acontecesse foram instaurados 100 inquéritos civis e assinados 79 Termos de Ajustamento de Conduta.



PLID

O Programa de Identificação e Localização de Pessoas Desaparecidas de Alagoas (PLID/AL) foi concebido a partir da preocupação do MPE/AL com centenas de famílias alagoanas que têm parentes que sumiram sem deixar nenhum tipo de comunicação ou quaisquer pistas. Sua principal missão é permitir que cidadãos desaparecidos possam ser encontrados ou, que pelo menos, seus familiares tenham a chance de se despedir deles com o mínimo de dignidade.

A criação do Programa, que integra o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos no âmbito do Ministério Público Brasileiro (Sinalid), criado pelo Conselho Nacional dos Ministérios Públicos (CNMP), só foi possível depois que o procurador-geral de justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, assinou um acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional.

A coordenação do PLID firmou termos de cooperação com algumas instituições que atuam na área da segurança pública e também com hospitais, casas de acolhimento e Secretarias de Assistência Social para que seja possível o cruzamento de informações. E, com isso, foi formada uma rede que está possibilitando a realização de buscas ativas por pessoas desaparecidas e a construção de um banco de dados inteligente.

O objetivo dessa rede é criar um sistema de buscas integrado nacionalmente e desenvolver ações



conjuntas e de apoio mútuo às atividades de sistematização de procedimentos, comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano. O banco de dados também serve para que seja feita uma busca ativa a partir de situações que cheguem às promotorias de justiça.

O trabalho funciona a partir da recepção das demandas pelo sistema de atendimento. Um formulário online é preenchido com informações e características físicas do desaparecido e sinais de fácil identificação como marcas, cicatrizes e tatuagens, podendo até ser colocada a foto da vítima. Os dados são organizados e transformados em um documento eletrônico, que é encaminhado para uma equipe de operadores. Diligências específicas conectam as diversas bases de dados e motivam as ações de modo que se permita esgotar os meios de busca ou identificar o vínculo desfeito.



MPE/AL ALCANÇA ÍNDICE DE 99,84% NO RANKING NACIONAL DA TRANSPARÊNCIA

Em junho deste ano, o Ministério Público do Estado de Alagoas atingiu o índice de excelência de 99,84% na avaliação dos Portais de Transparência, em nível nacional, em relação aos quatro trimestres do ano passado. No ranking, que avalia todos os estados da federação, cujo resultado foi disponibilizado no final do 1º semestre, pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a instituição alagoana apresentou evolução importante numa demonstração de compromisso e credibilidade. Em fevereiro de 2017, o MPE/AL apresentou resultado de 80%. Após esse índice, a atual gestão criou uma comissão para fins de aperfeiçoar a forma como os dados do Ministério Público de Alagoas eram disponibilizados ao público, o que culminou com uma crescente melhora no

percentual. Os números cresceram para 97,17% e 98,74% até chegarem a 99,84%, qualificado como de “excelência”.

Ao todo, foram avaliados 26 Ministérios Públicos Estaduais pelos quatro ramos do Ministério Público da União (Federal, Militar, Distrito Federal e Territórios e do Trabalho) e pelo próprio CNMP. Um mapa colorido foi confeccionado para destacar cada estado, por cor, representando as faixas de porcentagem.

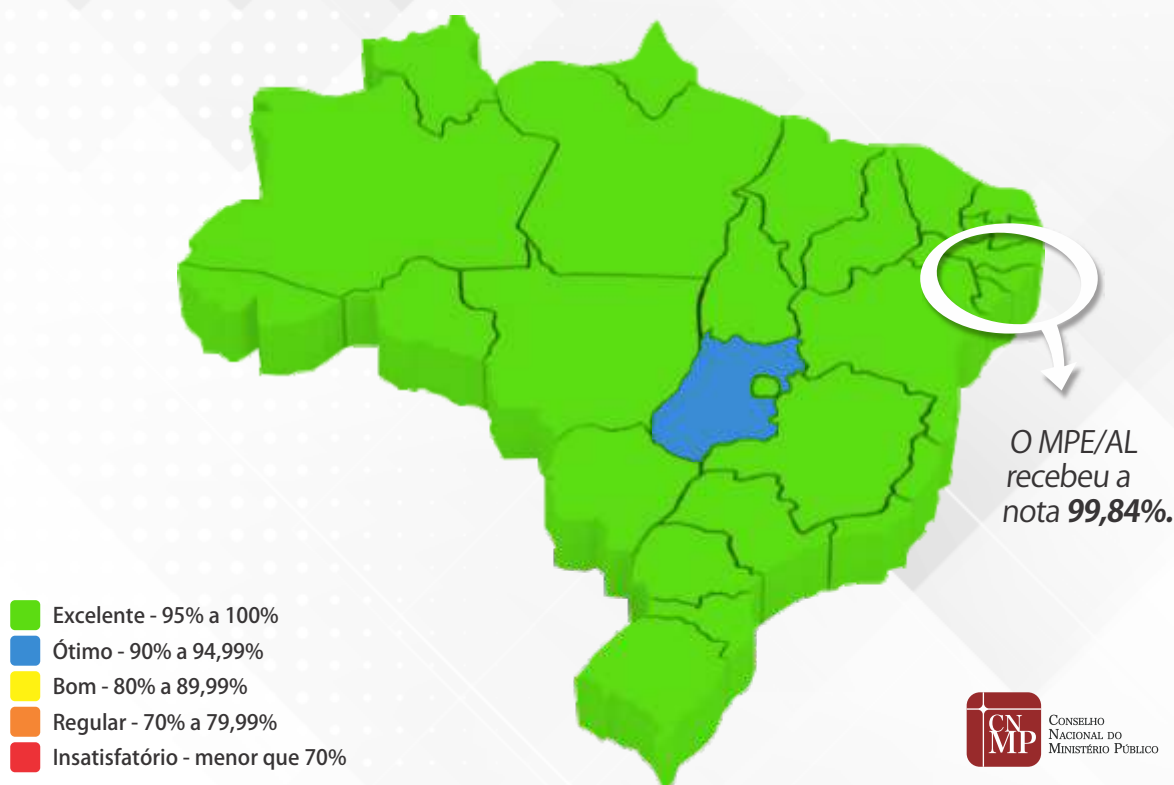
Para a CCAF, o resultado demonstra que as unidades e os ramos do Ministério Público, bem como o CNMP, têm demonstrado empenho e investido em melhorias para apresentar uma gestão pautada, cada vez mais, pela transparência.

Somos
excelência

Ranking da
Transparência
1º Quadrimestre de 2018

Comissão de
Controle
Administrativo
e Financeiro

2º lugar no
ranking
nacional



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

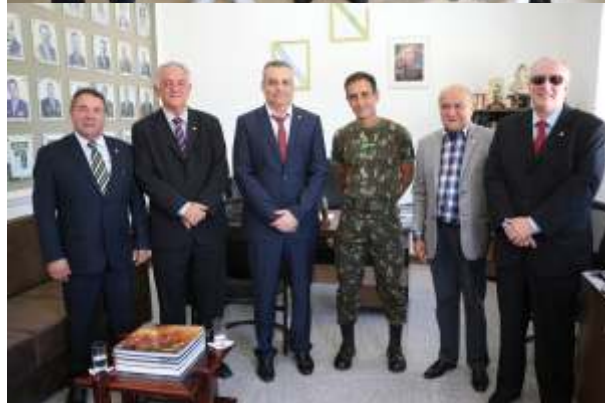


MINISTÉRIO PÚBLICO DIALOGA COM PODERES CONSTITUÍDOS E BUSCA FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Durante todo o seu mandato, o procurador-geral de Justiça, Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, realizou uma agenda de visitas de cortesias aos chefes dos Poderes e das instituições em Alagoas. Tais compromissos foram programados com a finalidade de demonstrar que o Ministério Público Estadual de Alagoas (MPE/AL) defende a autonomia entre os órgãos, porém, prezando sempre pela harmonia e o respeito mútuo. A primeira visita de Alfredo Gaspar foi feita à Marinha do Brasil, ainda em janeiro de 2017. Na ocasião, ele foi recebido pelo então capitão dos Portos de Alagoas, capitão de Fragata Mário Teixeira, que fez uma palestra no auditório da instituição para explicar a Gaspar como é o funcionamento da Capitania aqui no Estado. Na sequência, o encontro foi com o tenente-coronel Nilton Diniz Rodrigues, comandante 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, o Batalhão Hermes Ernesto da Fonseca.

Os encontros seguiram com a visita institucional realizada à chefia do Poder Executivo. Gaspar esteve acompanhado de parte do Colégio de Procuradores de Justiça - Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Dilmar Lopes Camerino, Válter Omena Acioly, Lean Ferreira de Araújo, Marcos Barros Méro, Luiz Antônio Carnaúba, José Arthur Melo, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Antiógenes Marques de Lira, Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto e Denise Guimarães - e dos promotores de Justiça Flávio Costa, Sandra Malta Prata Lim, Luiz Medeiros, Norma Medeiros, Delfino Costa Neto e Edelzito Santos Andrade, e foram recebidos pelo governador do Estado, Renan Filho. O encontro teve o objetivo de manter o canal de diálogo entre as duas instituições. "O Ministério Público não pode, e nem deve, viver sem dialogar com os poderes constituídos.

Isso, claro, sem abrir mão da sua independência funcional", defendeu o chefe do MPE/AL.



Poder Legislativo

Novas visitas aconteceram durante os meses seguintes. Uma comitiva do Ministério Público também foi recebida pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Alagoas. O presidente da Casa de Tavares Bastos, Luiz Dantas, recepcionou Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, os procuradores de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Vicente Félix Correia, Marcos Barros Méro, José Arthur Melo, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz e Denise Guimarães, e os promotores de Justiça Max Martins, Flávio Costa, Luiz Vasconcelos e Cláudio Sá.



Tribunal de Justiça e Casa da Indústria

O Tribunal de Justiça de Alagoas também foi visitado pela cúpula do MPE/AL. O encontro foi realizado na sala de reuniões do TJ/AL. Alfredo Gaspar de Mendonça Neto estava ao lado dos procuradores de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Sérgio Jucá, Dilmar Lopes Camerino, Válder Omena Acioly, Marcos Barros Méro, José Arthur Melo, Vicente Félix Correia, Walber José Valente de Lima e Denise Guimarães e dos promotores de Justiça Flávio Costa, Max Martins e Luciano Romero. A comitiva do MPE/AL foi recepcionada pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Otávio Leão Praxedes, pelo vice-presidente, desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly, e pelo corregedor-geral, desembargador Paulo Barros da Silva Lima. No encontro, o procurador-geral de Justiça salientou a importância do Poder Judiciário e sua contribuição para o regime democrático.

Já a visita à Casa da Indústria, Gaspar esteve acompanhado dos procuradores de Justiça Sérgio Jucá, Marcos Barros Méro e José Arthur Melo e promotor de justiça Flávio Costa. Os membros foram recebidos pelo

presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (Fiea), José Carlos Lyra de Andrade, pelo vice-presidente, José Nogueira, pelo diretor-secretário da entidade, Alberto Cabús, e pelo presidente do Sinduscon/AL, Alfredo Brêda.



Polícia Federal, 17ª Vara Criminal da Capital e Uveal

A visita de cortesia à Polícia Federal também aconteceu. O chefe do Ministério Público, acompanhado do promotor de justiça Flávio Costa, conversou com o, à época, superintendente da PF, delegado Bernardo Gonçalves Torres, sobre a união de forças no combate a corrupção. “Inicialmente, precisamos parabenizar a Polícia Federal pelo trabalho desenvolvido nas sucessivas operações de combate a corrupção. Essa é uma sangria que precisa ser estancada. Alagoas já não aguenta mais esse tipo de crime. E justamente para atuarmos contra esses desvios de recursos públicos, precisamos estreitar ainda mais a parceria que sempre existiu com a finalidade de buscarmos a responsabilização dos agentes que insistem em lesar o patrimônio público”, afirmou Alfredo Gaspar de Mendonça Neto.

E não poderia faltar a visita da administração superior do Ministério Público à 17ª Vara Criminal da Capital. “É um Colegiado que merece o respeito da sociedade”, enfatizou Alfredo Gaspar, que esteve acompanhado do subprocurador-geral Administrativo-Institucional, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, dos promotores de Justiça que compõem o Gecoc, Antônio Luiz dos Santos Filho, Hamilton Carneiro Júnior e Carlos Davi Lopes Correia Lima, e do promotor de Justiça Flávio



Costa. Neste encontro, estavam presentes os magistrados Sandro Augusto dos Santos, Antônio Barros da Silva Lima e Antônio Emanuel Dória Ferreira. E, por fim, a chefia do MPE/AL ainda recepcionou a nova diretoria da União de Vereadores de Alagoas (Uveal). O encontro ocorreu na sala dos Conselhos do Ministério Público Estadual e serviu para aproximar o órgão da entidade, além de discutir possíveis parcerias que beneficiem os cidadãos alagoanos.

COMBATE À CORRUPÇÃO E À SONEGAÇÃO FISCAL

O combate à corrupção, à sonegação fiscal e aos atos de improbidade administrativa foi a principal bandeira de luta da chefia do Ministério Público nos anos de 2017 e 2018. Ao longo desse período, a Procuradoria-Geral, o Gaeco e o Gaesf realizaram 18 operações em diferentes municípios alagoanos, cujos prefeitos ou ex-prefeitos, servidores públicos e empresas prestadoras de serviço ou de bens foram acusados de desvio de recursos públicos e de sonegação de tributos.

GAECO

O GAECO tem realizado inúmeras operações para desbaratar quadrilhas que insistem em praticar os mais diferentes tipos de crimes que objetivam desviar recursos públicos. E para aperfeiçoar o seu trabalho, várias iniciativas aconteceram nesses dois últimos anos, a exemplo de visitas técnicas aos MPs dos estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Sergipe e ao Ministério Público Militar com a intenção de conhecer estruturas e sistemas, objetivando intercâmbio de conhecimento.

O GAECO também foi beneficiário de termo de

cooperação técnica firmado entre o MPE/AL e com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Sistema Prisional, para troca de informações e cessão de pessoal. Com intenção semelhante, um convênio foi assinado com o DETRAN/AL.

E o Grupo ainda conseguiu adesão ao termo de cooperação técnica celebrado entre o CNMP e o Tribunal de Contas da União (TCU), objetivando o acesso ao LABCONTAS.

Santana do Ipanema

Ex-prefeito

Foi preso e denunciado por crime de peculato durante a contratação de serviços de som e iluminação para festas entre os anos de 2014 e 2016.

www.goo.gl/fMmKvh



Pão de Açúcar

Ex-prefeito

Denunciado por crime de peculato durante a contratação de serviços de som e iluminação para festas entre os anos de 2014 e 2016. O pedido de prisão contra ele foi negado.

www.goo.gl/6ds5uQ



Maravilha

Ex-prefeito

Busca e apreensão cumprida na casa dele para apurar a prática de crime de peculato durante a contratação de serviços de som e iluminação para festas entre os anos de 2014 e 2016. Investigações em andamento.

www.goo.gl/6ds5uQ



Poço das Trincheiras

Ex-prefeito

Denunciado pelos crimes de peculato, peculato furto, falsidade ideológica, falsidade ideológica majorada, uso de documentos falsos, fraude em licitação e formação de organização criminosa no período de 2013 a 2016. Pedido de prisão indeferido.

www.goo.gl/SK1ARg



Ouro Branco

Ex-prefeito

Denunciado 81 vezes pelo crime de peculato e outros ilícitos praticados contra a administração pública. Pedido de prisão negado.

www.goo.gl/SK1ARg



Mata Grande

Ex-prefeito foi alvo de duas operações.

1ª) Cumprimento de busca e apreensão em sua residência para encontrar documentação que comprovasse fraudes em processos licitatórios para locação de estruturas de palco, som, iluminação, aparelhos de projeção e geradores de energia, além de irregularidades no aluguel de veículos.

2ª) Operação Sepse: esquema criminoso envolvendo suposta compra de medicamentos por meio de notas fiscais fraudulentas. Ele assinou procedimentos licitatórios que beneficiaram a empresa RR Distribuidora, autorizando pagamentos de verbas públicas em favor da referida empresa, sem que qualquer mercadoria tivesse sido fornecida ou serviço prestado. Ele foi preso.



www.goo.gl/zW8EAe

Maceió

Tráfico de drogas

Após monitorar uma quadrilha do Paraná que comercializava ilegalmente drogas para Alagoas, 620 quilos de maconha foram apreendidos e cinco pessoas foram presas na madrugada do dia 26 de setembro em Maceió. As drogas foram avaliadas em cerca de R\$ 800 mil reais.

<https://bit.ly/2CNQGds>



Pão de Açúcar

Fraude em Licitação

Em Alagoas e Sergipe, Gaeco cumpre 14 mandados de busca e apreensão contra pessoas e empresas acusadas de fraudar licitação no município de Pão de Açúcar.

<https://bit.ly/2CNQGds>



Campo Grande

Prefeito

Foi preso em flagrante delito, em novembro passado, no momento em que recebia pagamento oriundo de propina. Ele já foi denunciado pelos crimes de corrupção ativa e de responsabilidade. O prejuízo aos cofres públicos é estimado em pelo menos meio milhão de reais. Permanece preso.

www.goo.gl/wVrpZY



Girau do Ponciano

Ex-prefeito

Denunciado por crime contra administração pública. Na ação penal, o MPE/AL explicou que o esquema acontecia de duas maneiras: emissão de notas fiscais frias, cujo dinheiro pago pela prefeitura era quase todo revertido para Fábio Rangel; e com cobrança de propina de 10% em cada aquisição legal de medicamentos. Ele foi preso.

www.goo.gl/ed9oys



Água Branca

Ex-prefeito

Cumprimento de busca e apreensão na casa dele para localizar documentos de processos de licitação, contratos e processos de pagamento que tratam da locação de estruturas de palco, som, iluminação, aparelhos de projeção e geradores de energia, além de irregularidades no aluguel de veículos.

www.goo.gl/zW8EAe



Mata Grande

Ex-prefeito

O Gaeco desencadeou a Operação Ânomos, nos municípios de Maceió, Paulo Jacinto, Mata Grande e Santana do Ipanema. Promotores de justiça e policiais foram às ruas para cumprir 12 mandados de prisões preventivas e temporárias expedidos pela 17ª Vara Criminal da Capital em desfavor do ex-prefeito de Mata Grande José Jacob Gomes Brandão e de mais 11 pessoas

<https://bit.ly/2CNQGds>



Arapiraca

Chefe de tráfico

Investigação do Gaeco e da GPJ3 prende chefe do tráfico em Arapiraca, apreende dinheiro, arma e muita droga

<https://bit.ly/2SneQRs>



Viçosa

Ex-prefeito e ex-secretário de finanças

Uma ação integrada do Gaeco e da Promotoria de Justiça de Viçosa, culminou na prisão do ex-prefeito da cidade e do ex-secretário de Finanças, ambos acusados de integrar o esquema criminoso denominado "farra das diárias".

<https://bit.ly/2qhGthX>



Violência doméstica e estupro

O procurador-geral de justiça denunciou ainda dois prefeitos por crimes comuns.

Maribondo

Atual Prefeito

Denunciado duas vezes por violência doméstica e familiar. Praticou agressões físicas contra a esposa e a sogra, em junho deste ano. A chefia do MPE/AL requereu a perda do seu mandato. Ele chegou a ser preso.

www.goo.gl/Jc1Wyt



Santa Luzia do Norte

Atual Prefeito

Denunciado pelo crime de estupro de vulnerável. Foi preso pela Polícia Civil após o Poder Judiciário aceitar denúncia feita pelo Ministério Público. O escândalo envolvendo o nome dele se tornou público durante a campanha eleitoral do ano passado. Ele foi afastado do mandato.

www.goo.gl/LDgs2j



GAESF

R\$ 65.957.411,30 milhões. Esse foi o valor já devolvido aos cofres do estado de Alagoas após a realização das cinco operações do GAESF, realizadas em 2017 e 2018. Deflagradas para combater especialmente os crimes de sonegação fiscal, evasão de divisas e de lavagem de bens, as ações também somam muitos outros números:

- 2 veículos doados à Polícia Civil
- 3 carros e uma sala doados ao Ministério Público
- 2 caminhonetes doadas à Uncisal
- 1 casa doada para servir de ambulatório da Uncisal
- 1 casa doada para a Deic da Polícia Civil para funcionar como base avançada
- 1 sala doada para o Estado
- Em processo final de doação, há 1 veículo para o comando da Polícia Militar e um terreno para servir de construção para uma unidade militar em Maceió
- Há apreendidos e estão disponíveis para uso do estado de Alagoas 3 terrenos (2 em Arapiraca 1 em Penedo) e 1 casa em Arapiraca
- 12 veículos estão sob cessão, por meio de autorização de uso, para órgãos públicos do estado
- Ainda existem bloqueados judicialmente R\$ 40 milhões nas ações ajuizadas pelo GAESF

Operação Nicotina (Alagoas e Rio de Janeiro)

Operação relacionada a sonegação de tributos no setor de cigarros

Valor do débito da empresa envolvida:	Valor recolhido ao estado de Alagoas até o momento:
R\$ 41.055.689,11	R\$ 8.237.670,12

Veículos apreendidos: 6	Imóveis bloqueados: 6
--------------------------------	------------------------------

Mandados de busca e apreensão: 12	Mandados de prisão: 12
--	-------------------------------

Policiais participantes: **68**



Operação Polhastro (Alagoas)

Operação relacionada a sonegação de tributos no setor de venda de carnes

Valor do débito da empresa envolvida:	Veículos apreendidos: 7
R\$ 18.770.000,00	

Mandados de busca e apreensão: 23	Imóveis bloqueados: 5
--	------------------------------

Mandados de prisão: 23	Policiais participantes: 164
-------------------------------	-------------------------------------



Operação Placebo (Alagoas, Sergipe e Bahia)

Operação relacionada a sonegação de tributos no setor de medicamentos

Valor do débito da empresa envolvida:
R\$ 196.581.310,84

Valor recolhido ao estado de Alagoas até o momento:
R\$ 57.719.741,22

Veículos apreendidos: **9**

Mandados de busca e apreensão: **18**

Mandados de prisão: **11**

Policiais participantes: **92**



Operação Perfídia (Alagoas)

Operação relacionada a investigados envolvidos em diversas fraudes societárias

Valor do débito da empresa envolvida:
R\$ 12.657.556,66

Veículos apreendidos: **17**

Mandados de busca e apreensão: **18**

Mandados de prisão: **3**

Policiais participantes: **92**



Desbaratamento de esquemas de corrupção no âmbito da SEFAZ (Alagoas)

Mandados de prisão: **10**
(em face de auditores fiscais do estado)





Alfredo Gaspar assume presidência do GNCOC

O chefe do Ministério Público Estadual de Alagoas (MPE/AL), Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, foi eleito para presidir o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG). Ele foi empossado no cargo durante a 2ª Reunião Ordinária do GNCOC, que ocorreu em Maceió, em 30 de agosto deste ano.

A escolha de Alfredo Gaspar mostrou que sua longa experiência à frente do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPE/AL e sua passagem por mais de um ano no comando da Secretaria Estadual de Segurança Pública foram decisivas para a escolha de seu nome, que foi aprovado por unanimidade entre os chefes de todos os MPs brasileiros.

GNCOC

O GNCOC é um colegiado formado por membros dos Ministérios Públicos Estaduais e da União. Ele tem papel essencial no combate às organizações criminosas e atua em investigações relevantes contra crimes de corrupção e tributários, lavagem de dinheiro, tráfico e ilícitos cibernéticos. É também responsável por articular ações em âmbito nacional ou regional visando a uniformização e o fortalecimento de ações de combate ao crime organizado.

Por meio da capacitação de membros e servidores do Ministério Público brasileiro, o GNCOC tem ainda a missão de disseminar novas metodologias, práticas, técnicas operacionais e troca de informações e experiências nas ações de investigação.

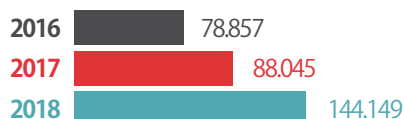


PROCESSOS E DEMAIS PROCEDIMENTOS 2017-2018

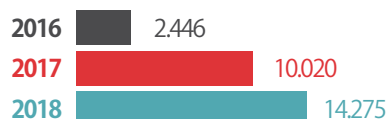
Os dados comparativos da atuação judicial e extrajudicial do MPE/AL entre os anos de 2016, 2017 e 2018 mostram o quanto a instituição avançou para assegurar que a lei fosse efetivamente cumprida e a sociedade tivesse seus direitos garantidos. E nesse perfil proativo, promotores e procuradores de justiça atuaram

se manifestando 493 mil vezes entre processos de 1ª e 2ª instâncias e demais procedimentos administrativos somente em 2018. Em 2017, foram 482.963. Já em 2016, os números somaram 297.055 manifestações.

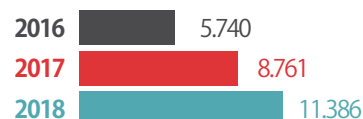
Processos de 1ª instância



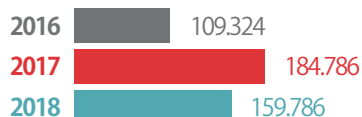
Processos de 2ª instância



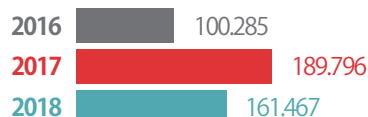
Processos extrajudiciais



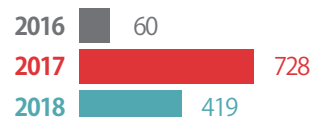
Entradas (processos distribuídos às promotorias)



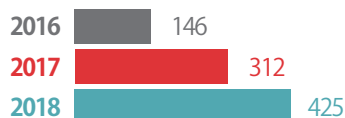
Saída (processos arquivados ou concluídos)



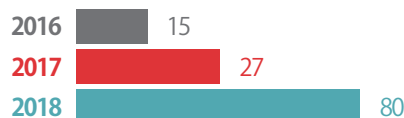
Procedimentos preparatórios



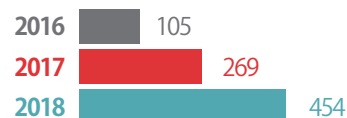
Termos de Ajustamento de Conduta (TAC)



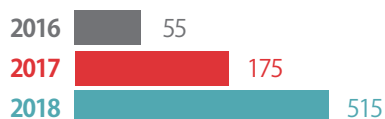
Procedimentos de Investigação Criminal (PIC)



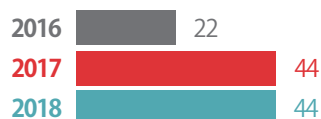
Inquéritos Cíveis



Ações civis públicas



Ações por ato de improbidade administrativa



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Stela Valéria Soares de Farias Cavalcanti
Assessora de Planejamento e Gestão

Renata Oliveira Teixeira Cavalcante
Analista do MP - Gestão Pública
Chefe do Escritório de Estratégicos

Thiago Alves da Silva
Técnico do Ministério Público
Chefe da Seção de Gestão Estratégica

Alyson Elvis Lima Balbino
Técnico Ministerial - Tecnologia da Informação
Chefe da Seção de Gerenciamento de Processos de Atividades

PROGRAMAS

► PLID

Coordenadora: Promotora de justiça Marluce Falcão

Objetivo: criar um sistema de buscas integrado nacionalmente e desenvolver ações conjuntas e de apoio mútuo às atividades de sistematização de procedimentos, comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano

AÇÕES:

- 144 pessoas desaparecidas já cadastradas no programa



► MINISTÉRIO PÚBLICO COMUNITÁRIO

Coordenadores: Promotores de justiça Cláudio Malta e Maria José Alves

Objetivo: mobilização e capacitação de pessoas da comunidade do Vergel do Lago para atuarem como mediadores de conflitos e agentes comunitários de cidadania e de análise da realidade local, tornando-as protagonistas na prevenção e solução dos conflitos e aptas a atuarem como agentes de transformação da realidade da sua região.

AÇÕES:

- 5.096 atendimentos
- 4891 encaminhamentos para redes de serviços
- 205 procedimentos de mediação de conflito
- Resolvidos problemas relacionados à pessoa idosa, briga de vizinhos, perturbação do sossego, partilha de bens, injúria, calúnia e difamação, pensão alimentícia, relações de consumo e dívidas



► PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO EM ALAGOAS – FPI DO SÃO FRANCISCO

Coordenadores: Promotores de justiça Lavínia Fragoso e Alberto Fonseca

Objetivo: contribuir para o processo de revitalização da Bacia do Rio São Francisco em Alagoas a partir de um olhar interdisciplinar, buscando a proteção do meio ambiente natural, cultural e do trabalho, bem como a melhoria da qualidade de vida das populações da Bacia por meio do uso sustentável dos seus recursos naturais.

FPI VELHO CHICO



AÇÕES ATÉ 2017:

- 8 etapas já realizadas
- 21 órgãos federais e estaduais parceiros
- 11 equipes de fiscalização
- 5 municípios abrangidos na etapa
- 94 alvos fiscalizados
- 256 autos de infração emitidos
- 2.232 animais silvestres resgatados
- 1 audiência pública

AÇÕES EM 2018:

- 18 órgãos federais e estaduais parceiros
- 11 equipes de fiscalização
- 07 municípios abrangidos na etapa
- 120 alvos fiscalizados
- 01 audiência pública
- 9ª etapa FPI São Francisco – em execução

► PROGRAMA DE ATUAÇÃO MINISTERIAL PARA CONSERVAÇÃO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO EM ALAGOAS

Coordenador: Promotor de justiça Alberto Fonseca

Objetivo: desenvolver ações e projetos que possibilitem a atuação ministerial para a conservação de espécies ameaçadas de extinção por meio da educação ambiental e fomento à fiscalização e proteção das espécies e seus habitats, seguindo os protocolos específicos definidos nos planos de ação.



AÇÕES:

- Plano de Ação Estadual do Mutum-de-alagoas
- Plano de Ação Estadual do Amazona Rhodocorytha
- Projeto de Reintrodução do Mutum-de-alagoas
- Projeto Papagaios da Mata Atlântica
- Projeto de Incentivo à Criação de RPPNS - PRÓ RESERVAS



PROJETOS ÁREA FIM

▶ **MINISTÉRIO PÚBLICO PELA VIDA: AÇÕES PREVENTIVAS AOS CRIMES DE HOMICÍDIO**

Gerente: Promotor de justiça Anderson Cláudio de Almeida Barbosa

Objetivo: melhorar o combate ao crime em Alagoas



▶ **TRANSPARÊNCIA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL EM ALAGOAS**

Coordenador: Promotor de justiça José Carlos Silva Castro

Objetivo: apontar o panorama dos portais eletrônicos do Legislativo municipal alagoano a partir da métrica desenvolvida pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA.



AÇÕES:

- ▶ Verificação da existência do portal eletrônico com base nos parâmetros definidos
- ▶ Avaliação dos portais eletrônicos existentes com base na metodologia da ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro
- ▶ Compilação de todas as informações obtidas em um relatório de diagnóstico
- ▶ Divulgação do diagnóstico
- ▶ Preparação da segunda fase do projeto – “Transparência Efetivação”



▶ **DE OLHO NA FILA**

Coordenadora: Promotora de justiça Micheline Laurindo Tenório

Objetivo: identificar as dificuldades existentes para a marcação de consultas com especialistas e exames, bem como garantir, ao usuário do Sistema Único de Saúde o direito de acesso à informação, por meio da transparência nas listas de espera para atendimento dos serviços de saúde.



AÇÕES:

- ▶ Visitas às 8 unidades básicas de saúde para coleta de informações sobre agendamento
- ▶ Interlocução com os usuários para obtenção de diagnóstico
- ▶ Formalização de recomendação à gestão da saúde no município de Maceió

► REDE INFÂNCIA - MAPA

Coordenadora: Promotora de justiça Alexandra Beurlen

Objetivo: disponibilizar à sociedade um mapa virtual onde constem informações de todas as entidades integrantes da Rede de Proteção à Infância e Juventude no município de Maceió, tais como nome da instituição, serviço, endereço, telefone e horário de atendimento.



AÇÕES:

- Reuniões setorizadas por bairros
- Localização dessas instituições e entidades
- Coleta de dados para diagnóstico do trabalho desenvolvido por elas
- 320 entidades já mapeadas

► REDE INFÂNCIA MAPA - AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTOS

Coordenadora: Promotora de justiça Alexandra Beurlen

Objetivo: desenvolver atividades visando atualizar e ampliar o Mapa da Rede da Infância disponibilizado no site MPAL, incluindo funcionalidades como: página de notificações de erros, localização pelo Google Maps, ferramenta de inclusão de entidade em vários bairros simultaneamente bem como a atualização das informações evitando a sua defasagem.



► DROGAS: PREVENÇÃO É A PALAVRA CHAVE

Coordenadora: Promotora de justiça Alexandra Beurlen

Objetivo: fomentar o papel do Ministério Público de Alagoas como protagonista nas ações de prevenção e combate ao uso de álcool e outras drogas por crianças, adolescentes, gestantes e nutrízes.



AÇÕES:

- Coleta de dado juntos aos promotores que atuam no interior do Estado

► SEGURANÇA NAS ESCOLAS

Coordenadores: Promotores de justiça Alexandra Beurlen, Dalva Tenório e Ubirajara Ramos

Objetivo: Mobilizar vários órgãos e serviços públicos para desenvolverem, durante 1 (um) ano, atividades diversas, a exemplo de palestras, campanhas, cursos, blitz escolar, atividades de contraturno em duas escolas de Maceió. Avaliar o resultado/impacto dessa atuação na realidade escolar, através da análise da comunidade escolar.



► PROJETO SIMASE

Coordenadora: Promotora de justiça Marta Bueno

Objetivo: incentivar os gestores municipais a criarem, com base no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

AÇÕES:

- Reuniões com as Prefeituras de Palestina e Pão de Açúcar
- Implantação do Simase em Palestina em agosto, beneficiando dezenas de adolescentes
- Em Palestina, criação de uma escola de futebol e de atividades de voleibol, capoeira e informática
- Implantação do Simase em Pão de Açúcar em outubro, gerando benefícios para crianças e adolescentes das áreas urbana e rural
- Criação de escolinha de futebol e de aulas de capoeira, dança afro, makulê e informática

SIMASE
SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO



► ABUSO SEXUAL: NOTIFICAR É PRECISO

Coordenadora: Promotores de justiça Dalva Vanderlei Tenório e Lucas Sachsida

Objetivo: capacitar, orientar e informar profissionais da saúde e educação no trato com a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade diante do abuso sexual para que notifiquem os órgãos responsáveis sobre a ocorrência de crime, contribuindo no combate a criminalidade e na prevenção em defesa dos vulneráveis. Criar formulários e documentos aptos a adesão de outras promotorias de justiça.

AÇÕES:

- Melhorar a maneira de combater a violência sexual contra crianças e adolescentes;
- Colher das instituições de saúde e educação dados referentes a ocorrência de gravidez e nascimentos envolvendo mães com idades entre 10 e 14 anos;
- Capacitar profissionais da saúde e educação
- Sensibilizar a população e a comunidade a ter um olhar protetor aos vulneráveis
- Facilitar, através da criação de protocolos, formulários e recomendações a comunicação dos casos de estupro de vulnerável.

 **Abuso sexual:**
notificar é preciso



► TRANSPARÊNCIA NO LEGISLATIVO ALAGOANO – EFETIVAÇÃO

Coordenador: Promotor de justiça José Carlos Silva Castro

Objetivo: incentivar a promoção de medidas judiciais ou extrajudiciais em prol da implantação de portais eletrônicos no legislativo municipal alagoano de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação. Acompanhar e oferecer suporte aos membros para obtenção dos resultados pretendidos.

AÇÕES:

- 100% das Câmaras de Vereadores dos municípios alagoanos implantaram os portais da Transparência



► FALE, EDUCAÇÃO!

Coordenadora: Promotora de justiça Cecília Carnaúba

Objetivo: capacitar professores e estudantes da rede estadual de ensino sobre os direitos da população em campos temáticos como saúde, democracia, probidade administrativa, meio ambiente, educação, alimentação, integridades física e emocional, convivência pacífica, liberdade de expressão, trabalho e infância e juventude.

AÇÕES:

- Números de eventos - 157
- Números de alunos atendidos - 26.000
- Números de promotores - 15
- Números de parceiros - 09
- Números de professores atendidos - 159
- Redações feitas pelos alunos - 3.000
- Hortas implantadas - 02



► MINISTÉRIO PÚBLICO NO COMBATE À POLUIÇÃO SONORA: SOM LEGAL CIDADE TRANQUILA

Coordenadora: Promotora de justiça Stela Valéria Cavalcanti

Objetivo: coibir a prática da poluição sonora no município, primando pela proteção da saúde e sossego da comunidade.

* Projeto disponível para replicação



► CRESCER COM CIDADANIA

Coordenador: Promotor de justiça Ubirajara Ramos dos Santos

Objetivo: garantia e promoção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes em situação de rua. O Ministério Público, consciente de seu papel outorgado pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), tem, como objetivo estratégico, promover a proteção integral da criança e do adolescente.



AÇÕES:

- Diagnostico das crianças, adolescentes e suas famílias em situação de risco nas ruas no município de Maceió
- Identificação dos serviços de atendimento atualmente existentes para as crianças e adolescentes em situação de rua no município
- Articulação dos serviços de atendimento existentes
- Abordagem das crianças e adolescentes nas ruas de Maceió, promovendo os encaminhamentos necessários para sua proteção
- Promoção da reinserção familiar das crianças e adolescentes em situação de rua, com vínculos rompidos
- Garantir o acesso à documentação necessária para o exercício dos direitos fundamentais pelas crianças e adolescentes alvo do projeto

► A MUDANÇA SOU EU

Coordenador: Promotor de justiça Thiago Chacon Delgado

Objetivo: formar e conscientizar jovens cidadãos dos seus direitos e deveres nas diversas áreas de formação, trabalhando a interdisciplinaridade e o ativismo social.



AÇÕES:

- Envolver a comunidade juvenil de Palmeira dos Índios e Estrela de Alagoas nas discussões e debates sobre diversas temáticas sociais
- Realizar reuniões, palestras e discussões em espaços públicos
- Formular parcerias com as demais instituições, incluindo OAB, Defensoria, Poder Judiciário, Universidades públicas e particulares, associações e fundações
- Realizar exposições dos temas de forma didática, informal e participativa, permitindo aos jovens uma atuação consciente e proativa

► DIREITOS HUMANOS EM PAUTA

Coordenadora: Promotora de justiça Marluce Falcão

Objetivo: fortalecer a cultura de defesa dos direitos humanos no Estado de Alagoas e aproximar o Ministério Público de Alagoas da sociedade, bem como apresentar a importância da atuação dos procuradores e promotores de justiça na defesa e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão, construindo um Ministério Público mais resolutivo e pró-ativo.



AÇÕES:

- Ações de cidadania plena, assegurando direitos fundamentais com atuação de promotores de justiça
- Ações de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e Adolescentes
- Capacitações e ações de cidadania na escola
- Ações de enfrentamento à discriminação racial e inclusão social da pessoa com deficiência
- Ações em defesa da cultura dos direitos humanos no Estado de Alagoas
- 5.636 alunos abrangidos pelas atividades do projeto
- 83 Promotores envolvidos
- 05 Procuradores
- 58 Escolas alcançadas pelo projeto
- 484 Profissionais capacitados
- 9 Municípios
- 39 órgãos e entidades parceiros
- Cerca de 25 eventos já realizados



PROJETOS ÁREA MEIO

► REVITALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO INTERNA

Gerente: Janaína Ribeiro Soares

Objetivo: implementar ações que melhorem e aperfeiçoem o fluxo de informação no ambiente interno do Ministério Público Estadual, de modo a integrar o trabalho dos setores, diretorias, promotorias e procuradorias de justiça, a fim de promover unidade a forma de comunicação entre o público interno da instituição.



AÇÕES:

- Elaboração de estudo sobre as demandas de comunicação interna das diretorias e órgãos que compõem o Ministério Público Estadual, com foco nos setores que atuam na Procuradoria-Geral de Justiça, na Escola Superior do Ministério Público e no prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital
- Aquisição e criação de novas mídias de comunicação
- Aperfeiçoamento da intranet do MPE/AL

► MINISTÉRIO PÚBLICO MAIS PERTO DE VOCÊ

Gerente: João Alcides Cerqueira

Objetivo: levar a população alagoana a conhecer as funções do Ministério Público, de modo que a sociedade possa entender que a instituição é um órgão resolutivo e que trabalha, dentre outras coisas, para assegurar a promoção e a expansão da cidadania e o fortalecimento dos instrumentos que garantem a democracia no estado de Alagoas.



AÇÕES:

- Contratação de empresa de pesquisa para apurar, por região, o grau de conhecimento do MP entre os moradores
- Programar investimentos para campanhas de divulgação do trabalho desenvolvido pelo MPE/AL
- Promover campanha, especialmente nos municípios detectados com maior número de pessoas que desconhecem o papel institucional do Ministério Público
- Realizar nova pesquisa para saber se a mensagem repassada na campanha chegou ao conhecimento da população
- Identificar, implementar, avaliar e revisar as ações de divulgação da imagem do Ministério Público
- Elaborar cartilha e folders que tratem da atuação do MPE
- Produzir relatório com análise dos dados coletados e avaliação das mídias e ações implementadas

► MODULAR PARA OTIMIZAR

Gerente: Alysso Elvis Balbino

Objetivo: disciplinar a estrutura e o funcionamento dos diversos setores do Ministério Público de Alagoas e aprimorar o funcionamento administrativo desses mesmos setores, viabilizando a otimização de procedimentos e minimizando os trâmites burocráticos dos processos, ensejando maior segurança e aperfeiçoamento dos atos administrativos praticados.



AÇÕES:

- Mapeamento de 27 fluxos da área estruturante
- Criação de 11 modelos de formulários/requerimentos (com check list)
- Elaboração do Manual de Procedimento Operacional da área meio, documento que condensa as rotinas de trabalho, fluxos e modelos de formulários e requerimentos

► APLICATIVO ANDROID PARA OUVIDORIA MPE/AL

Gerente: Vitor Luiz Pereira Ribeiro

Objetivo: desenvolvimento de um aplicativo Android com integração ao Formulário de Manifestação da Ouvidoria no SAJ/MP. O objetivo do projeto foi disponibilizar ao cidadão a formulação e acompanhamento do andamento de sua manifestação junto à Ouvidoria MPAL. Considerando hoje a alta conectividade por dispositivos móveis por meio da internet, o aplicativo possui um caráter inovador de possibilitar maior proximidade do MPAL com o cidadão.

AÇÕES:

- Criação de aplicativo Android para formulação de manifestações
- Criação de aplicação back-end para integração com o SAJ/MP
- Divulgação, via ASCOM, da disponibilização do aplicativo na plataforma Play Store.



► SECE – SISTEMA EMISSOR DE CERTIDÕES EXTRAJUDICIAIS

Gerente: Roberto Felipe Coimbra

Objetivo: criação de um Sistema Emissor de Certidões Extrajudiciais, contendo 3 módulos (Módulo Público, Módulo Gestor e Módulo Promotoria).



► SISTEMA DE GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS E VOLUNTÁRIOS

Gerente: Vitor Luiz Pereira Ribeiro

Objetivo: desenvolver um sistema eletrônico para gestão dos estagiários e voluntários do MPE/AL, incluindo emissão de documentos baseados em modelos padrões, grades com históricos funcionais e sistema de notificações de eventos.

AÇÕES:

- Desenvolvimento/Módulo de cadastro
- Desenvolvimento/Modulo Gestor
- Desenvolvimento Módulo Emissão de Documentos
- Desenvolvimento Módulo Estagiários/Voluntários
- Testes
- Homologação



► BIBLIOTECA VIVA

Gerente: João Ferreira

Objetivo: aprimoramento da Biblioteca Ernani Méro, de modo a modificar o atual cenário e tornar o ambiente receptivo, atrativo e capaz de atender às demandas dos usuários e das áreas de atuação do Ministério Público de Alagoas.

AÇÕES:

- Diagnóstico institucional das necessidades informacionais dos setores administrativos, membros e servidores
- Abertura de procedimento para aquisição de material bibliográfico
- Desenvolvimento e instalação de programa de gestão de bibliotecas
- Aquisição de assinatura de plataforma de informação jurídica
- Aquisição de novo acervo em andamento

► CLIMA ORGANIZACIONAL

Gerente: Victor Hugo Lessa Pierre

Objetivo: avaliar o clima organizacional do Ministério público e conhecer o seu impacto provocado nos colaboradores no desempenho de suas atribuições funcionais. Também busca bons índices de satisfação profissional no ambiente de trabalho.

AÇÕES:

- Elaborar questionário de avaliação de clima organizacional
- Aplicar questionário
- Validar aspectos que afetam o clima organizacional da instituição por meio dos dados recebidos
- Relatório com diagnóstico

► GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Gerente: Dilma Alves de Queiroz

Objetivo: constituir a Diretoria de Gestão de Pessoas do Ministério Público do Estado de Alagoas, visando implementar ações de aperfeiçoamento, gestão e desenvolvimento do quadro de membros e servidores.

AÇÕES:

- Identificação das atividades a serem desenvolvidas pela Diretoria de Gestão de Pessoas;
- Definição de competências e atribuições;
- Esquematização da estrutura física necessária;
- Elaboração de proposta de legislação definidora das competências;
- Designação de servidores;
- Capacitação de servidores integrantes da equipe



► **GESTÃO DE CUSTOS**

Gerente: Vitor Luiz Pereira Ribeiro

Objetivo: elaborar relatório com os requisitos necessários para a implantação do Sistema de Gestão de Custos do Ministério Público do Estado de Alagoas.

AÇÕES:

- Diagnóstico da situação da infraestrutura administrativa e tecnológica para implementação do SGC/MPAL- Sistema de Gestão de Custos
- Definição do método de custeio
- Definição da estrutura tecnológica a ser utilizada
- Entrega do relatório final com descrição das atividades e resultados



PROCESSOS DE ATIVIDADES E GESTÃO

A Asplage é composta ainda pelo Escritório de Gerenciamento de Processos de Atividades (EGPA) e pela seção de Gestão Estratégica. O EGPA, com o auxílio de membros e servidores mapeou, entre janeiro de 2017 e outubro de 2018, 42 processos de atividades, sendo 24 processos de atividades da área meio e 18 processos de atividades da área fim. Além disso, há em desenvolvimento outros cinco processos da área fim.



Processos homologados da área fim 2017

- Elaboração e divulgação de nota técnica e recomendação do Núcleo da Infância
- Solicitação de apoio ao Núcleo da Infância
- Atuação ministerial em processo de adoção
- Atuação ministerial em processo de guarda (Lei n.º 8069/90)
- Atendimento ao público externo
- Realização de audiência Pública (Resolução CNMP 82/2012 e 159/2017)

Processos homologados da área fim 2018

- Atividade extrajudicial - Expedir Recomendação – (Resolução 164/2017 CNMP)
- Recebimento de denúncia do disque 180
- Inquérito policial criminal
- Atividade extrajudicial - Expedir Termo de Ajustamento de Conduta (Resolução 179/2017 CNMP)
- Recepção de processo cadastrado no SAJ/MP (NIMP)
- Atuação extrajudicial – Realização de reunião
- Atuação extrajudicial – Procedimento administrativo
- Procedimento preparatório (PP) e inquérito civil (IC)
- Procedimento investigatório criminal
- Crimes de menor potencial ofensivo
- Crimes de iniciativa privativa
- Tramitação direta de poroced. criminais (IP/TCO) entre delegacia e MP

Processos homologados da área meio 2017

- ▶ Averbação de tempo de contribuição ou serviço, férias e licença especial
- ▶ Recebimento de correspondências (área fim) e documentos
- ▶ Triagem e encaminhamento de documentos da área fim (Ato PGJ N.º 8/2017) pelo protocolo PGJ
- ▶ Solicitação de diárias
- ▶ Contratação de pequeno valor (Lei nº 8666)
- ▶ Solicitação de manutenção de condicionadores de ar
- ▶ Contratação de serviços e compras de qualquer natureza

Processos homologados da área meio 2018

- ▶ Emissão de certidões e declarações
- ▶ Solicitação de convênio
- ▶ Solicitação de Termo de Cooperação Técnica
- ▶ Manutenção corretiva e preventiva
- ▶ Recebimento de infrações
- ▶ Publicação - aviso jornal
- ▶ Contratação - utilização ARP própria
- ▶ Contratação - adesão ATA terceiros
- ▶ Licenciamento anual
- ▶ Solicitação de empenho estimativo
- ▶ Locação de imóvel
- ▶ Solicitação de cessão de servidor sem ônus
- ▶ Renovação de contrato de aluguel
- ▶ Confecção de Relatório Anual do Centro de Apoio
- ▶ Operacional – CAOP
- ▶ Recebimento de informações ou solicitações de apoio
- ▶ Solicitação de apoio aos Núcleos
- ▶ Recebimento de informações ou protocolo unificado (PU) pelos Núcleos de Defesa

Processos em desenvolvimento

- ▶ Ouvidoria - Elogios
- ▶ Ouvidoria - Reclamações
- ▶ Ouvidoria - Críticas
- ▶ Ouvidoria - Sugestões
- ▶ Ouvidoria – Pedidos de Informação

A seção de gestão estratégica também realizou diversas atividades:

- Aperfeiçoamento da ferramenta de gestão de indicadores - plataforma brainstorming/jaguar web, que atualmente funciona com acesso direto aos indicadores, tendo, os membros do Comitê de Gestão Estratégica, a possibilidade de inserir e alterar dados
- Formação pessoal com os membros do Comitê, mostrando de forma prática a utilização do sistema brainstorming/jaguar web, bem como o reforço do temas recorrentes em planejamento estratégico, tais como Plano Geral de Atuação (PGA), projetos e indicadores
- Alteração do Ato PJG 04/2013, de criação do Comitê de Gestão Estratégica, para inclusão da Corregedoria-Geral do MPE/AL como membro participante do Comitê
- Inclusão da área estratégica do Direito do Consumidor
- As reuniões de análises estratégicas (RAES) passaram a ser mensais. Antes, eram trimestrais. Registradas em ata, elas permitiram o acompanhamento dos projetos aprovados no âmbito do Ministério Público, assim como o acompanhamento e revisão dos indicadores do PGA referentes ao biênio de 2016-2017

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Escola Superior do Ministério Público de Alagoas (ESMP), que em 2017 ganhou nova sede, é um órgão auxiliar destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, estudos e publicações visando o aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, servidores e estagiários. Também é sua missão promover parceria com órgãos, entidades e instituições de ensino colaboradoras para a realização de eventos de aperfeiçoamento funcional, além do programa de estágios. Seu diretor é o procurador de justiça Luiz Barbosa Carnaúba.

No biênio 2017/2018 foram realizados diversos cursos, eventos, palestras e até a realização do VII Congresso Estadual do Ministério Público de Alagoas.



Procurador de Justiça Luiz Barbosa Carnaúba
Diretor da Escola Superior do Ministério Público



CURSOS, EVENTOS E PALESTRAS:



Curso de Técnicas de Mediação e Conflitos Aplicadas ao MP



Seminário de Atualidades – Trabalhista e Previdenciário



Capacitação complementar para a Utilização do Sistema SAJ-MP



Reflexões e Experiências no Combate à Corrupção



Simpósio de Perícia Criminal



Minicurso sobre a Cena do Crime



Curso de formação dos novos promotores de justiça



Curso de Redação Oficial



VII Congresso Estadual do Ministério Público de Alagoas

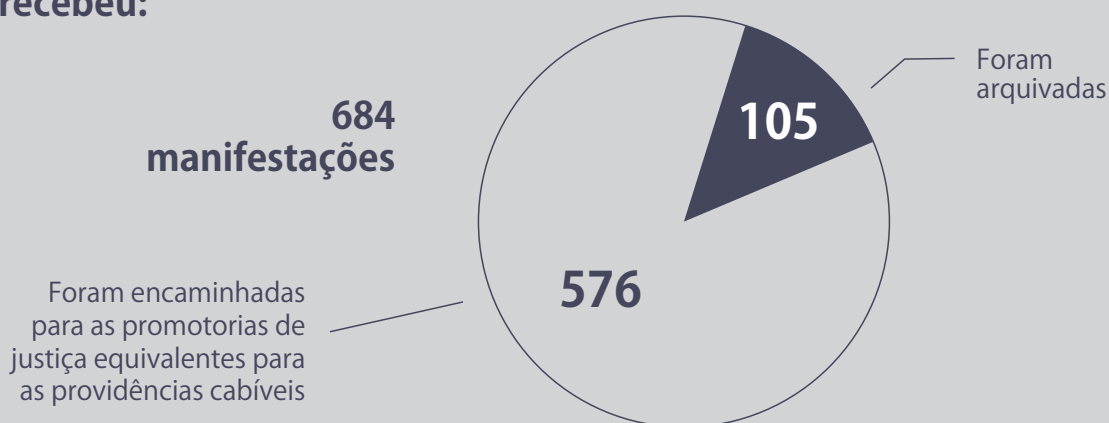
OUVIDORIA

A Ouvidoria do Ministério Público, coordenada pelo procurador de justiça Valter Acioly, é um canal permanente de comunicação direta do MPE/AL com a sociedade e tem como objetivo interagir com o cidadão. Sua função primordial é receber demandas referentes a atuação do Ministério Público e encaminhá-las para seu órgão interno competente, como por exemplo, à promotoria de justiça responsável.

Procurador de Justiça Valter José de Omena Acioly
Ouvidor-geral do Ministério Público



Em 2017 e 2018, a Ouvidoria recebeu:



As manifestações chegaram por:

Formulário eletrônico



298

E-mail

@ 285

Carta



5

Presencial



84

Aplicativo



12

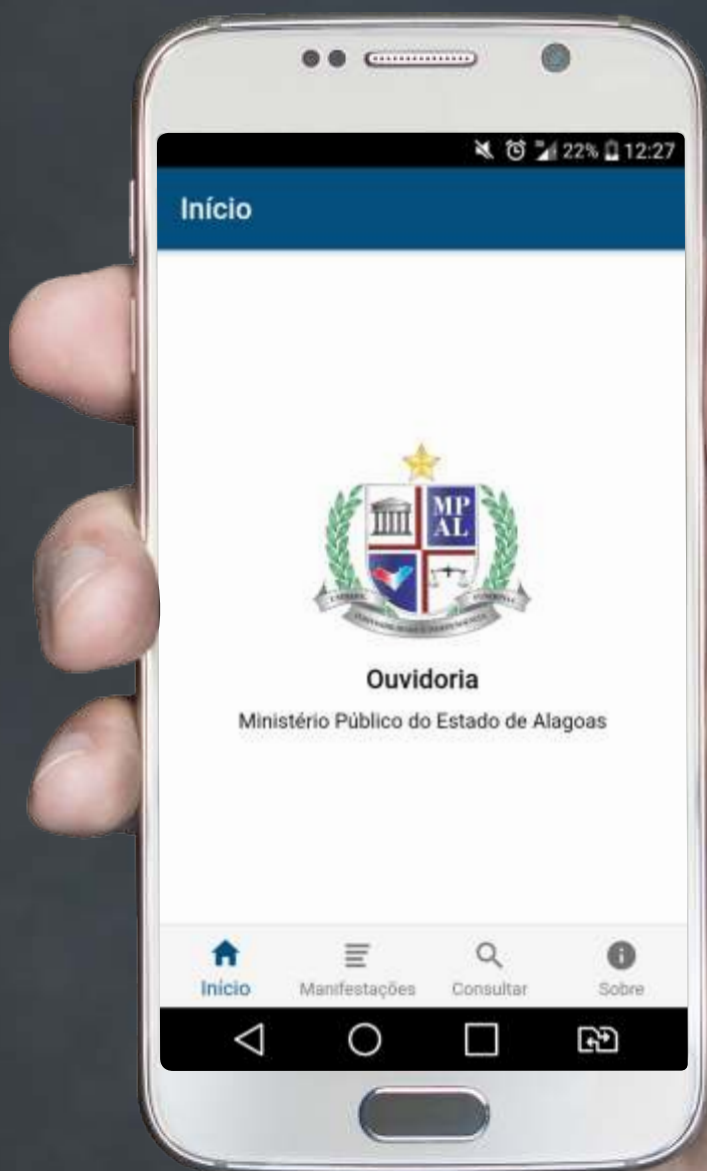
Dentre elas:


350 denúncias	159 pedidos de informações	149 reclamações	8 elogios	6 críticas	3 sugestões
---------------	----------------------------	-----------------	-----------	------------	-------------


MP mais perto de você!

**Baixe o app
e compartilhe
essa ideia!**

Disponível em



 mpal.mp.br

 [/mpalagoas](https://www.facebook.com/mpalagoas)

 [@mpealagoas](https://www.instagram.com/mpealagoas)

 [@mpeal](https://twitter.com/mpeal)

CORREGEDORIA-GERAL



A Corregedoria-Geral, chefiada pelo procurador de justiça Lean Araújo, é o órgão integrante da administração superior que tem a missão de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público (Lei Complementar N° 15/96, art. 16).

Tal missão é desempenhada, por exemplo, por meio de atividades como correições e inspeções nos órgãos de execução, expedição de recomendações, instauração de processo disciplinar e compilação mensal de relatórios das atividades desenvolvidas pelas procuradorias e promotorias de justiça.

- ▶ Correições ordinárias: 100
- ▶ Correições extraordinárias: 4
- ▶ Inspeções permanentes em andamento: 138
- ▶ Inspeções permanentes arquivadas: 760
- ▶ Inspeções: 94
- ▶ Estágio probatório em andamento: 46
- ▶ Estágio probatório aguardando vitaliciamento : 4
- ▶ Estágio probatório concluído : 5
- ▶ Pedidos de informações em andamento: 11
- ▶ Pedidos de informações arquivados: 25
- ▶ Sindicâncias em andamento: 6
- ▶ Sindicâncias arquivadas: 3

- ▶ Inquérito administrativo disciplinar em andamento: 1
- ▶ Protocolo unificado em andamento : 125
- ▶ Processo de remoção arquivados: 16
- ▶ Processo de promoção arquivados: 5
- ▶ Acompanhamentos de Reclamações Disciplinares/Sindicâncias em andamento (CNMP): 2
- ▶ Acompanhamentos de Reclamações Disciplinares/Sindicâncias arquivados (CNMP): 15
- ▶ Acompanhamentos de Processo Administrativo Disciplinar em andamento (CNMP): 5
- ▶ Acompanhamentos de Processo Administrativo Disciplinar arquivados (CNMP): 1



CNCGMPEU

Foi durante a 111ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU), que ocorreu em Alagoas nos dias 15 e 16 de março deste ano, que o corregedor-geral do MPE/AL, Lean Araújo, foi empossado como presidente daquele Colegiado.

A solenidade de posse ocorreu logo após a palestra da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público. E já como novo presidente do CNCGMPEU, Lean Araújo ressaltou que desejava auxiliar na construção de uma instituição sólida, continuando o legado deixado pelos seus antecessores.

“O Ministério Público vive hoje uma nova formatação, é uma instituição propulsora para mudanças da realidade brasileira. E isso demanda um esforço de quem faz o órgão ministerial. E nessa realidade foi criado o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais e posteriormente a criação do Conselho Nacional do

Ministério Público. E assim vamos construindo um Ministério Público que precisa ocupar seu espaço previsto na Carta Constitucional, sem se sobrepor ao Poder Executivo ou o Poder Judiciário”, declarou ele naquela ocasião.

Também foi dada posse a nova diretoria do CNCGMPEU, composta pelo 1º Vice-presidente, Anísio Marinho Neto, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Rio Grande do Norte; 2º vice-presidente, Paulo Afonso Garrido de Paula, da Corregedoria Geral do Ministério Público de São Paulo; 1º secretário, João Rodrigues Filho, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Tocantins; 2º secretário, Giovanni Rettacaso, da Corregedoria Geral do Ministério Público Militar; diretor de finanças, Flávio Cezar Fachone, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Mato Grosso; e diretor de comunicação, Ivan Saraiva Melgaré, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul.





“

Dedicamos esforços para garantir direitos e levar mais cidadania ao povo. Atuamos firmemente contra à corrupção e o crime nas suas mais diversas formas. Para o próximo ano, muito mais desafios nos esperam. Queremos aproximar ainda mais a instituição do povo, o principal destinatário dos nossos serviços. Sob as bençãos de Deus, temos a certeza de que, em 2019, esse trabalho coletivo, que envolve membros, servidores, colaboradores e a Ampal, será ainda mais eficiente, porque maiores também serão os compromissos de todos aqueles que fazem a família Ministério Público do Estado de Alagoas!

”

GUARDIÃO DA CIDADANIA



 mpal.mp.br

 [/mpalagoas](https://www.facebook.com/mpalagoas)

 [@mpealagoas](https://www.instagram.com/mpealagoas)

 [@mpeal](https://twitter.com/mpeal)

Ministério Público do Estado de Alagoas - Procuradoria-Geral de Justiça
Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo - Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço - Maceió/AL - CEP 57.025-400 - Fone: (82) 2122-3500